

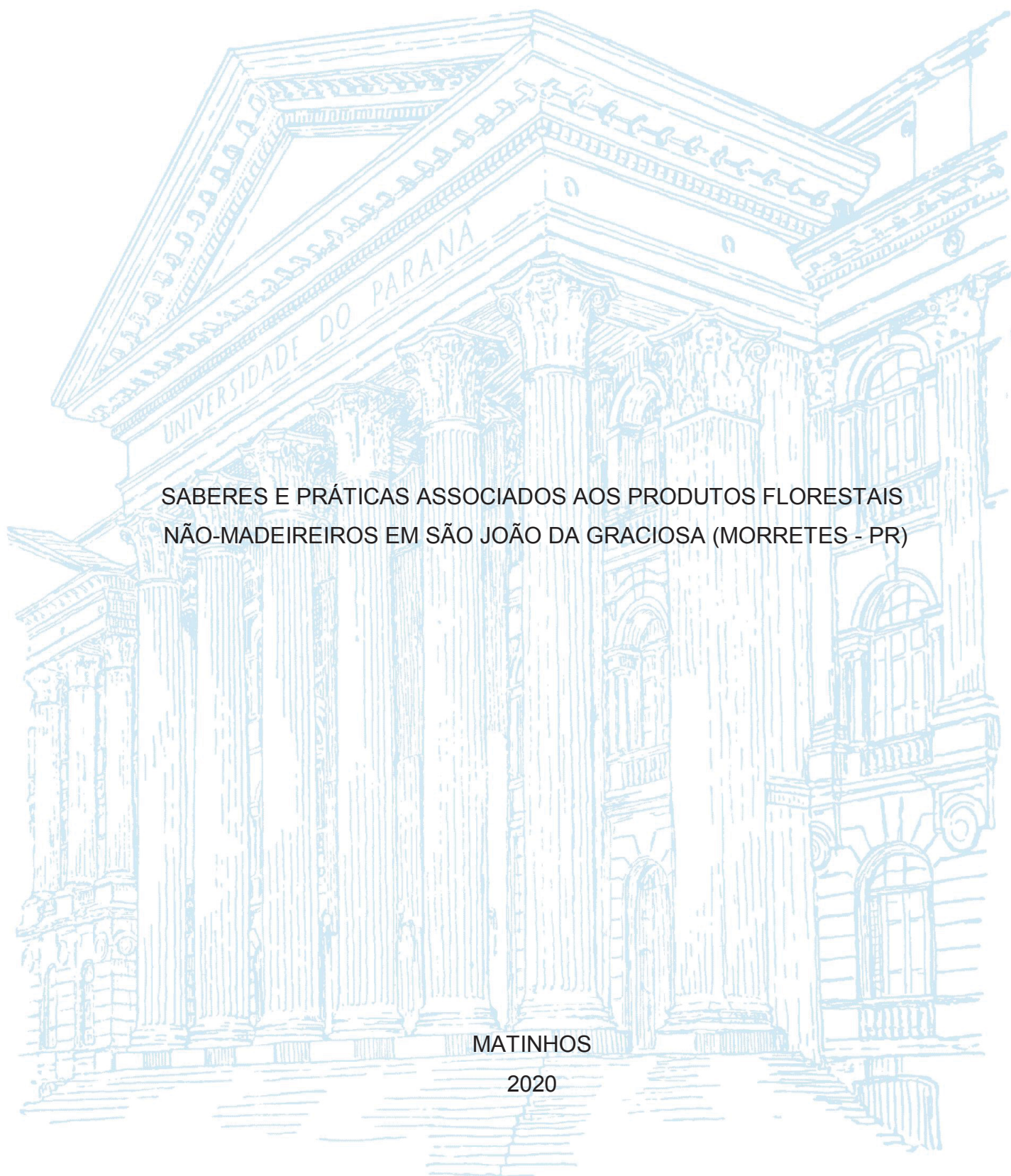
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAMELA NATALI FERREIRA DE JESUS

SABERES E PRÁTICAS ASSOCIADOS AOS PRODUTOS FLORESTAIS
NÃO-MADEIREIROS EM SÃO JOÃO DA GRACIOSA (MORRETES - PR)

MATINHOS

2020



PAMELA NATALI FERREIRA DE JESUS

SABERES E PRÁTICAS ASSOCIADOS AOS PRODUTOS FLORESTAIS
NÃO-MADEIREIROS EM SÃO JOÃO DA GRACIOSA (MORRETES - PR)

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alan Ripol Alves
Coorientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

MATINHOS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

J58 Jesus, Pamela Natali Ferreira de
Saberes e práticas associados aos produtos florestais não-madeireiros em São João da Graciosa (Morretes - PR) / Pamela Natali Ferreira de Jesus ; orientador Alan Ripol Alves. – 2020.
107 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2020.

1. Produtos florestais não-madeiráveis. 2. Morretes - PR. 3. Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 333.75



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de PAMELA NATALI FERREIRA DE JESUS intitulada: **Saberes e práticas associados aos produtos florestais não-madeireiros em São João da Graciosa (Morretes - PR)**, sob orientação do Prof. Dr. ALAN RIPOLL ALVES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 27 de Fevereiro de 2020.

ALAN RIPOLL ALVES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

VALDIR FRIGO DENARDIN

Coorientador - Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ANTONIO MARCIO HALISKI

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUC., CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ)

LEANDRO ANGELO PEREIRA

Avaliador Interno (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ IFPR)

À comunidade
São João da Graciosa.

*“Na tarde tropical, arfa e pesa a atmosfera,
A vida, na floresta abafada e sonora,
Úmida exalação dos aromas evapora,
E no sangue, na seiva e no húmus acelera,
Tudo, entre sombras –
O ar e o chão, a fauna e a flora,
A erva e o pássaro, a pedra e o tronco,
Os ninhos e a hera, a água e o réptil,
A folha e o inseto, a flor e a fera,
- Tudo vozeia e estala em cestos de plethora.”*

Olavo Bilac (1992)

RESUMO

Os Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNM) são explorados por meio do extrativismo, apresentando relevante papel para a segurança alimentar, geração de renda, ocupação de mão de obra, conservação da natureza e manutenção de famílias no meio rural. Desta maneira, para fornecer subsídios e reflexões em torno das realidades locais centradas nos saberes e usos dos PFNM, além da descrição de práticas que asseguram a reprodução social de famílias rurais, realizou-se um estudo de caso na comunidade São João da Graciosa, em Morretes, no litoral do Paraná, onde através de entrevistas semiestruturadas se analisou o conteúdo do discurso de agentes diretamente envolvidos no processo extrativista, cujos dados foram categorizados e interpretados. Como resultado, observou-se que o saber tradicional que os coletores possuem sobre seu ambiente é essencial para a preservação das espécies que são utilizadas no contexto da comunidade, advindas da coleta do bioma Mata Atlântica. Os principais não madeiráveis extraídos pelas famílias de São João da Graciosa foram a cajarana (*Cabralea canjerana*), o cipó imbé (*Philodendron corcovadense*) e o cipó peva (*Philodendron sp.*). Constatou-se que estes produtos se apresentavam como alternativas de economia substantiva a essa comunidade, sendo que, por meio da venda desses recursos, as famílias adquiriam sua renda secundária mensal. A sistematização e o registro desses PFNM demonstraram que esses bens eram importantes para a conservação dos bens naturais locais e sobrevivência da comunidade analisada, ainda que não se mostrassem suficientes para atender às suas necessidades básicas.

Palavras-chave: Ecosocioeconomia 1. Capital cultural 2. Ecologia Humana 3. Posse Florestal 4. Território protegido 5.

ABSTRACT

The non-Timber Forest Products (NTFPs) are explored through extraction, playing a relevant role in food security, income generation, labor occupation, nature conservation and maintenance of families in rural areas. In this way, in order to provide subsidies and reflections around the local realities centered on the flavors and uses of the NTFP, in addition to describing the practices that ensure the social reproduction of agricultural families, exercise a case study in the São João da Graciosa community, in Morretes, on the coast of Paraná, where semi-structured interviews analyze the content of the speeches of agents involved in the extractive process, data that were categorized and interpreted. As a result, using the traditional saber that collectors have over their environment is essential for the conservation of species that are used in the context of the community, as well as the collection of the Atlantic Forest biome. The main ones not extracted by the families of São João da Graciosa were cajarana (*Cabralea canjerana*), or cipó imbé (*Philodendron corcovadense*) and cipó peva (*Philodendron sp.*). It appears that these products present substantial economic alternatives in this community, and, through the sale of these resources, families buy their monthly monthly income. The systematization and registration of these NTFPs demonstrated that these assets were important for the conservation of local natural assets and for the survival of the analyzed community, even though they did not show the differences necessary to meet their basic needs.

Keywords: Ecosocioeconomy 1. Cultural capital 2. Human Ecology 3. Possession
Forestry 4. Protected territory 5.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PFNM NO RAMO ECONÔMICO INTERNACIONAL.....	45
FIGURA 2: MAPA DA COMUNIDADE DE ESTUDO – MORRETES, PR.....	51
FIGURA 3: DEMONSTRAÇÃO DAS FRASES DISPOSTAS EM TÓPICOS CODIFICADOSEM ÁRVORE DE CÓDIGOS NO ATLAS.ti	56
FIGURA 4: DEMONSTRAÇÃO SIMPLIFICADA DA APLICAÇÃO METODOLÓGICA	57
FIGURA 5: COMUNIDADE COLETORA DE SÃO JOÃO DA GRACIOSA	59
FIGURA 6: MADEIRA CAJARANA RETIRADA DA FLORESTA QUANDO A ÁRVORE SENESCE	65
FIGURA 7: JARDINS DAS FAMÍLIAS COLETORAS	71
FIGURA 8: FLUXOGRAMA DA CADEIA PRODUTIVA DA CAJARANA	76
FIGURA 9: CAJARANA E FERRAMENTAS DA PRÁTICA ARTESANAL	77
FIGURA 10: MADEIRA CAJARANA COM PRESENÇA DE TANINO.....	78
FIGURA 11: ETAPAS DA EMOLDURAÇÃO	79
FIGURA 12: ETAPAS RELACIONADAS AO EXTRATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO DE CAJARANA	80
FIGURA 13: SUBPRODUTO DERIVADO DO EXTRATIVISMO DA CAJARANA.....	80
FIGURA 14: BRASIL - ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS, EM US\$ FOB, 2011 A 2013	81
FIGURA 15: CIPÓ IMBÉ E UM PRODUTO DERIVADO DE CIPÓ PEVA.	84
Figura 16: CIPÓ IMBÉ COM RAÍZES ADVENTÍCIAS MADURAS	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DIMENSÕES DO ECODESENVOLVIMENTO	25
QUADRO 2: CONCEITOS DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL E MANEJO SUSTENTÁVEL	36
QUADRO 3: CLASSIFICAÇÃO DOS PFNMS	43
QUADRO 4: INDICATIVO DE ESCOLHA TEÓRICA E AUTORES	53
QUADRO 5: CODIFICAÇÃO POR CATEGORIA TEMÁTICA NA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	55
QUADRO 6: CATEGORIAS E CRITÉRIOS ANALÍTICOS.....	58
QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS PFNM ORIUNDOS DAS ESPÉCIES DESCRITAS.....	72
QUADRO 8: SÍNTESE CONCLUSIVA DOS RESULTADOS.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	- Área de Proteção Ambiental
APP	- Área de Preservação Permanente
CNUC	- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
DTS	- Desenvolvimento Territorial Sustentável
E	- Entrevistado
FAO	- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INPE	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITCG	- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
MIT	- Massachusetts Institute of Technology
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
ONG	- Organização não Governamental
PFNM	- Produto Florestal Não Madeireiro
PIB	- Produto Interno Bruto
RPPN	- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAF	- Sistemas Agroflorestais
SFB	- Serviço Florestal Brasileiro
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS	- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TBC	- Turismo de Base Comunitária
UC	- Unidade de Conservação
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DO ECODESENVOLVIMENTO.....	22
2.1	A QUALIDADE VINCULADA À ORIGEM: RECURSOS TERRITORIAIS COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO	27
2.2	A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO.....	32
2.3	AS DERIVAÇÕES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (DE PROTEÇÃO INTEGRAL E USO SUSTENTÁVEL)	35
2.4	AS COMUNIDADES RURAIS NÃO INDÍGENAS NO ENTORNO DA MATA ATLÂNTICA (LITORAL DO PARANÁ)	37
2.5	TIPOLOGIAS DO EXTRATIVISMO.....	39
3	PRODUTO FLORESTAL NÃO-MADEIREIRO: SURGIMENTO E CLASSIFICAÇÃO	41
3.2	PRODUTO FLORESTAL NÃO-MADEIREIRO: MANEJO SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO INSERIDO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO PRINCÍPIO PARA SUBSISTÊNCIA A COMUNIDADES RURAIS	46
4	METODOLOGIA.....	51
4.1	LOCAL DE ESTUDO	51
4.2	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	52
4.3	MÉTODO DE ANÁLISE PARA TRATAMENTO DOS DADOS	54
4.4	TÉCNICA PARA ANÁLISE DOS DADOS.....	57
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE COLETORA	59
5.2	CATEGORIA SABERES LOCAIS	63
5.2.1	Saberes sob a perspectiva ambiental: as UCs e atos de conservação	63
5.2.2	Saberes como instrumentos mediadores em torno dos PFNM.....	69
5.3	CATEGORIA RECURSOS TERRITORIAIS	73
5.3.1	Recursos vistos como matéria prima	74
5.4	CATEGORIA PERTENCIMENTO	87
5.4.1	Sentimento de pertencimento em relação ao meio	87

6 CONCLUSÕES.....	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	102
APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	105

APRESENTAÇÃO

Essa dissertação emerge da minha trajetória de vida enquanto bióloga e nativa do litoral do Paraná. Nascida em 14 de abril de 1994, no município de Morretes/PR e desde então residente, minha família e eu escolhemos o litoral para viver.

Minha formação em Ciências Biológicas se deu na Universidade Estadual do Paraná - Paranaguá/PR, finalizada no ano de 2018. O tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi “Germinação e sobrevivência de *Nidularium innocentii* Lem; (Bromeliaceae), bromélia ornamental em diferentes substratos para cultivo: uma alternativa ao extrativismo”, que fazia uma abordagem sobre os produtos florestais não madeiráveis do litoral do Paraná, no caso, as flores e suas possibilidades de socioeconomia. Essa temática me levou a estudar em profundidade aspectos da Mata Atlântica e da ruralidade do litoral do Paraná.

Por morar em Morretes, cursar a universidade e ainda participar de projetos de Iniciação Científica, comecei a perceber como o tema do extrativismo dos não madeiráveis se aproximava da realidade de muitos produtores desta localidade. Foi nessa ocasião e em função dos meus familiares que conheci como se dava o extrativismo informal na região.

Por várias vezes, a história do extrativismo era mal vista por meus colegas de profissão (um tipo específico (extrativista) que desmatava a floresta e lhe trazia prejuízos, por exemplo), sendo desconsideradas as tradições, a cultura e os saberes locais. Isso me levou a pesquisar sobre estes elementos, os aspectos legais da flora e fauna, a comunidade local e como poderia utilizá-los como objeto de estudo para o meu TCC. Tais pesquisas possibilitaram uma aproximação afetiva com os moradores que, anos depois, foram imprescindíveis no desenvolvimento da atual pesquisa.

Em 2017, quando passei a buscar um mestrado próximo de minha localidade, encontrei um cujas características correspondiam às minhas intenções e vivências anteriores, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Aqui se estabeleceu o meu primeiro grande desafio: elaborar um pré-projeto de pesquisa, no qual as minhas experiências como estudante de Biologia e pesquisadora de Iniciação

Científica pudessem ser construtivas dentro de uma proposta interdisciplinar e com vistas ao desenvolvimento sustentável.

O título do pré-projeto, elaborado para seleção na linha de pesquisa Socioeconomia e Saberes Locais, foi: “A busca de alternativas para o extrativismo no cenário morretense: entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável”. Neste pré-projeto o tema do Desenvolvimento Territorial a partir do capital social foi abordado, porém, aparecia apenas como uma noção, pois eu não imaginava a construção teórica que havia em torno desse conceito. Logo na entrevista de seleção, fui questionada sobre o porquê de estar realizando o processo seletivo para a linha Socioeconomia e Saberes Locais, sendo que eu poderia ter me candidatado à linha Ecologia e Biodiversidade (pois sou bióloga e com atuação anterior na área). Foi então que optei pela a resposta de coexistência, ou seja, o social não pode ser separado do ambiental, e mesmo sem tanto conhecimento na área (social) estava disposta a explorá-la, o que se mostrou um grande desafio. Os professores Valdir Frigo Denardin e Alan Ripoll Alves aceitaram o convite de me orientar e, desde então, os únicos aspectos do pré-projeto que não tiveram alteração foram: os produtos florestais não madeiráveis.

No início do curso, mesmo sem bolsa, consegui ir para eventos e realizar publicações. As primeiras disciplinas cursadas no mestrado provocaram uma ruptura na minha forma de interpretar o desenvolvimento, a sustentabilidade e os aspectos econômicos da sociedade, principalmente a partir das leituras de Diegues (1996), Zaoual (2006) e Sachs (2009). Foi a partir desses teóricos que comecei a pensar as relações do ser humano com a natureza, o desenvolvimento territorial por intermédio de uma visão holística e não do capital, economias alternativas (informais) e noções de como as leis ambientais interferiam na cultura e no processo de reprodução social das comunidades extrativistas do litoral do Paraná em meio às Unidades de Conservação (UC).

Entre o início do verão de 2018 e o final da primavera de 2019, período de maior índice de turistas em Morretes, minhas atenções estavam voltadas para o trabalho de campo em uma comunidade chamada: São João da Graciosa. Esta comunidade me atraiu pelo fato de não haver levantamento bibliográfico sobre a mesma. Além do mais, de todas as outras extrativistas de não madeiráveis no litoral do Paraná, está é a mais próxima de meu local de residência. Assim, teria menos

custo de deslocamento, poderia realizar uma aproximação mais afetiva com os sujeitos, aprenderia sobre esta realidade dentro de meu município e poderia verificar se a coleta seria sustentável a medida que a natureza poderia suportar. Foram várias as visitas às moradias dos extrativistas, acompanhamentos da coleta, passando cerca de quatro horas de conversas em cada entrevista. Pelo município ser pequeno, os entrevistados conheciam a minha família, sendo amigos até de meus bisavós.

Essa pequena narrativa de vida apresentada culminou nesta pesquisa, que tem como finalidade demonstrar as principais práticas de coleta compartilhadas entre os entrevistados. O texto final, por sua vez, está estruturado em sete capítulos.

No capítulo 1, a introdução apresenta a construção da problemática, a justificativa, a problemática e os objetivos da pesquisa.

No capítulo 2 é discutido o conceito de desenvolvimento e território, apresentando novas possibilidades de recursos específicos para as nações em desenvolvimento, que somente podem estar em atividade quando os atores sociais estão dispostos a enfrentar a perspectiva economicista. Além disso, são abordadas as relações existentes entre as UC, as comunidades rurais não indígenas e o extrativismo realizado no bioma Mata Atlântica, mais especificamente no litoral do Paraná.

O capítulo 3 é o espaço onde são trazidos e debatidos os produtos florestais não madeiráveis, tendo-se em vista o uso da biodiversidade em locais de proteção integral por meio de um manejo sustentável comunitário.

O capítulo 4 contém a metodologia, na qual cada passo adotado neste estudo se encontra descrito, associadamente às técnicas escolhidas para a sua realização.

O capítulo 5 traz os resultados e a discussão deles oriunda, em que as categorias saberes locais, recursos territoriais e pertencimento se encontram interligadas sob uma abordagem holística e questionadora acerca do lócus considerado nesta pesquisa.

As conclusões apresentam uma síntese que busca integrar os principais alicerces do estudo, comunicando os objetivos aos resultados alcançados, passando pela retomada metodológica assumida no decorrer desta trajetória de pesquisa. Ademais, busca-se responder às questões propostas na problemática, apontando alguns limites tidos ao longo do desenvolvimento do corrente trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará sobre o extrativismo dos não madeiráveis, especificamente, esta pesquisa se aprofundou na comunidade de São João da Graciosa, a qual compõe características do território do litoral do Paraná e que evidencia elementos constitutivos dos caiçara, compreendendo 3 famílias, cada uma contém em média 30 integrantes. Os extratores tem cerca de 45 anos de idade, são de família simples, 60% não são naturais da região morretense. Os pais desses extratores eram carpinteiros, artesãos e trabalhavam em roças, assim tomaram gosto pela floresta e pelo extrativismo sustentável.

O extrativismo dos chamados Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNM), também conhecidos como não-madeireiros, tem relevante papel às comunidades próximas a regiões florestais, no qual raízes, folhas, bagas, sementes, frutos e diversos outros produtos atuam como fonte que alimentam e garantem a reprodução social de parte da população mundial. Esses bens naturais são únicos, diferem de *commodities* convencionais¹ e são economicamente considerados como recursos. Como parte da tradição dos povos, contribuem com a valorização territorial, no sentido ambiental, social, cultural e econômico.

Perante a conjuntura econômica do Brasil, as políticas públicas de conservação ambiental são alvos de críticas por organizações internacionais. Um grave exemplo é percebido pelas intensas queimadas e pelo desmatamento basicamente ignorados em nosso país², fenômeno que vem ocorrendo simultaneamente ao descrédito a alguns centros de pesquisa que os analisam. A retratação aqui sobre os PFNM encontra-se em não discutir o que foi desflorestado,

¹ *Commodities* convencionais estão em prateleiras de supermercados, sofrem a padronização, constituem a lista de negócios agropecuários (soja, milho, café, cana e outros) e se adequam entre os bens de consumo industrializados.

KHALILI, E. L. A. **Commodities ambientais em missão de paz: novo modelo econômico para América Latina e o Caribe**. São Paulo: Nova Consciência, 2009.

² Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), recentemente divulgados com taxas crescentes de desmatamento na Amazônia foram ignorados pelo Estado brasileiro, elencando a busca de crescimento econômico acima do bem estar social.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Destamamento**. INPE. 2019. Disponível em http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/editorial_desmatamento.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.

mas sim, em como gerir sustentavelmente os biomas em regiões geograficamente distintas.

A Floresta Atlântica, que apresenta uma diversidade de PFM, dada à sua biodiversidade e extensão no território brasileiro, é um importante bioma³ que abriga tanto espécies nativas da flora e fauna, sendo muitas delas endêmicas. Contendo cerca de 12,42% de sua floresta original no país (ATLÂNTICA, 2019) seus ecossistemas⁴ são considerados prioritários para a conservação⁵ e recuperação⁶.

Em Morretes estão presentes seis unidades de proteção integral, uma unidade de uso sustentável e uma unidade de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Neste município, um expressivo percentual de extensão destas UCs está localizado: Parque Estadual da Graciosa (100%), Parque Estadual do Pau Oco (100%) e (1) Reserva Particular do Patrimônio Natural (100%) encontram-se integralmente na cidade de Morretes, enquanto a APA (Área de Proteção Ambiental) Estadual de Guaratuba (6,45%), Parque Estadual Roberto Ribas Lange (61,5%), Parque Estadual Pico do Marumbi (67%), Parque Nacional Guaricana (19,85%), Parque Nacional de Saint-Hilaire/ Lange (1,44%) (UC, 2019) estão parcialmente presentes.

Por esses motivos, Morretes foi considerada uma das 10 cidades do Paraná que mais conserva e preserva a Mata Atlântica, ocupando a 7ª posição neste *ranking* de preservação (SOS, Mata Atlântica, 2016). Estes dados têm origem da SOS Mata Atlântica, que mede somente áreas acima de três hectares (ha) e, por

³ Biomas são superfícies imensas onde predomina determinada paisagem vegetal, caracterizada pela presença de algumas espécies dominantes e sempre associada a uma fauna específica e com as características geológicas e climáticas semelhantes.

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta botânica brasílica**, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.

⁴ Ecossistema é um ambiente aportado de características bióticas, abióticas e a relação dos seres vivos com esse meio. (ODUM; BARRET, 2007, p. 18).

⁵ Conservação é o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a manutenção, a utilização sustentável, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (SNUC, 2000).

⁶ Recuperação é a restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original (SNUC, 2000).

isso, não há dados recentes⁷ sobre taxas de desmatamento da floresta nessa região.

Esta situação pode estar atrelada ao acentuado declive da serra do mar em seu entorno, rios pedregosos, sedimentos argilosos, alta concentração de UC, baixa taxa populacional, ausência de atividade industrial intensa e, até mesmo, pelo fato de as comunidades do entorno florestal contribuírem com a conservação desses recursos. Neste último caso, a exemplo, a comunidade de São João da Graciosa ao qual é a fonte dessa pesquisa, se utiliza de PFNM, tais como flores, frutos e cascas de árvores para sobrevivência.

Na comunidade de São João da Graciosa, seus habitantes através da atividade extrativista obtêm seus meios de subsistência, mas as taxas de extração dos PFNM, bem como suas atividades secundárias e seu saber tradicional ainda não foram avaliados.

No entorno das residências, as comunidades extrativistas apresentam seus produtos derivados de PFNM aos compradores em um espaço para trocas mercantis (ANACLETO; NEGRELLE, 2013) o que pode ser similar à comunidade São João da Graciosa. Neste espaço, os extrativistas buscam fugir da marginalização, isolamento e insuficiência de apoio das políticas públicas que, justificado pelo atual cenário econômico, tem recebido menor apoio do Estado (FERREIRA *et al.*, 2011).

Este contexto é semelhante ao proposto por Diegues (1996), quando discute sobre a racionalidade nas questões do sistema de produção no qual não há rápida acumulação de capital, sobretudo quando dependente da reprodução contínua dos recursos da natureza. Estima-se que a atividade corrobora a conservação da Mata Atlântica, pois, uma vez que os homens são dependentes de seus recursos naturais (renováveis) para a sobrevivência, preocupam-se com a mata e apresentam racionalidade e comportamento social harmônico com a natureza. O resultado dessa simbiose entre sociedade-natureza é o uso sustentável dos recursos naturais que contribui efetivamente com a conservação ambiental sem que seja necessário abrir mão de seus meios de subsistência (DIEGUES; VIANA, 2004).

Neste contexto, surge a definição do *Homo oeconomicus* e *Homo situs*. O *H. oeconomicus* representa um homem no contexto da globalização, seguindo o de

⁷ Foi pesquisado em site do IAP, no entanto, os dados atuais de desmatamento de Morretes estão restritos.

uma economia que busca produzir por produzir. O *H. situs* é o homem com racionalidade situada desvelado por uma concepção híbrida, através de valores (i)materiais com o território, difere do pensamento único relacionado aos modos de produção e consumo do capitalismo (ZAOUAL, 2003).

A racionalidade do *Homo oeconomicus* pode ser percebida no contexto da exploração da Mata Atlântica quando o extrativismo não é mais sustentável e se torna motivo de aniquilamento, passando a ser vinculado a uma economia de mercado. Comparando dados dos relatórios do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) (2014) e da SOS Mata Atlântica (2016), percebeu-se que não houve conservação dessas áreas verdes, pois, em 2006, o município de Morretes continha aproximadamente 84,0% de florestas naturais e, em apenas 10 anos, esse percentual caiu, atingindo em 2016 a taxa de aproximadamente 71,8%. A influência nessa composição pode perturbar a estrutura, função da floresta e afetar a saúde ambiental e qualidade de vida da população.

Diferente do extrativismo de coleta, que, quando fracionado e praticado pelo *Homo situs* em equilíbrio, respeita a capacidade de resistência da floresta mediante uma racionalidade situada, o extrativismo de aniquilamento tende a prejudicar a biodiversidade ao levar espécies à extinção pela caça, pesca, retirada da madeira e corte do palmito *Euterpe edulis*, por exemplo (ICMBIO, 2017).

O palmito *E. edulis*, conhecido como palmito juçara, é, por vezes, fonte secundária de renda de famílias próximas a regiões florestais da Mata Atlântica. Sua retirada é produto de um aniquilamento que ocasiona desequilíbrio ecológico no ambiente quando a prática é gerada pelo corte do palmito. De outro modo, a retirada do fruto para sucos e compotas, por exemplo, são formas de extração que não lesionam a planta (ICMBIO, 2017).

Com a sobreposição do lucro sobre a conservação das matas, o ser humano se desconecta da floresta, o que não contribui com o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). Na perspectiva de Sachs (2009), os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais e condicionados ao respeito ambiental com soluções economicamente viáveis. Por isso, o entendimento sobre as sociedades que proporcionam formas de conservação à floresta traz esperanças recíprocas para o ser humano, pois são essas que constroem um modo de vida peculiar, criam estratégias de tecnologia social, conhecem os ciclos do ambiente florestal, tem

pouco poder político e com modos de produção vinculados ao mercado local, se sentem integradas ao que é natural: a natureza.

Atualmente, a produção científica acumula evidências tanto do desmatamento como de queimadas no Brasil, levando-o recentemente a ser alvo de críticas internacionais. À guisa de exemplo, dados de instituições federais e públicas, como o INPE, têm sido desacreditados pelo próprio governo federal, gerando conflitos ecológicos sobre a perspectiva do uso sustentável dos ambientes florestais.

Mesmo que toda a sociedade humana acumule informações sobre o ambiente que a cerca, a percepção sobre a diversidade animal e florestal que cobria a Mata Atlântica ainda será insuficiente.

Ainda que a topografia da serra do mar tenha contribuído na preservação de parte desses recursos naturais originais, ao longo de 500 anos estes têm sido reduzidos por uma exploração contínua. Pierri (2003) classificou o litoral do Paraná como uma área de alta complexidade, onde há duas divergências: uma a da riqueza natural, outra a da pobreza social.

A possibilidade de frear esse impacto ecológico no interior da Mata Atlântica e valorizar a biodiversidade, contribuindo com a geração de trabalho e economia substantiva, mostra-se possível quando as comunidades locais podem se apropriar da utilização dos PFNM. A partir dessa premissa a conservação da natureza é uma possibilidade, pois, sendo renováveis, tais recursos podem ser explorados, não só pelo fornecimento de matéria-prima bruta, como também de outros bens e serviços fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população.

Além disso, em respeito aos ciclos naturais da floresta, estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), desde 1994, revelam que estes não-madeiráveis aumentam a porção das matas em proveito de outros usos do solo com minimização do uso agropecuário (FAO, 2010).

É perceptível, portanto, que mesmo a Mata Atlântica proporcionando condições ambientais de obtenção de bem-estar e qualidade de vida, tem sua conservação esquecida quando o interesse econômico se sobressai. Estudá-la é refletir sobre os processos de apropriação de seus recursos mediante a transformação humana. São os atores sociais que habitam próximo às regiões florestais que acumulam e podem contar essa história. Embora seja uma temática complexa, é uma questão de manutenção das condições de sobrevivência para o

presente e o futuro, seja para as espécies animais e vegetais de Mata Atlântica, seja para o ser humano.

Nesse contexto, hipotetizamos, portanto, que a falta de registro e sistematização das informações acerca dos PFNM impossibilita o reconhecimento da biodiversidade e saberes locais. Para testar esta hipótese, a seguinte pergunta de pesquisa é colocada: quais impactos a falta de registro e de sistematização das informações sobre os PFNM podem gerar no reconhecimento dos saberes locais da Mata Atlântica do litoral paranaense?

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar práticas, usos e saberes tradicionais associados a PFNM da Mata Atlântica na Comunidade de São João da Graciosa a partir da sua identificação e descrição. Somados a este, o estudo possui dois objetivos específicos, a saber:

- a) fornecer subsídios e reflexões acerca das realidades locais centradas nos saberes e usos dos PFNM; e
- b) descrever as práticas que garantem a subsistência familiar e contribuem com a perpetuação da atividade extrativista no local em estudo.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL A PARTIR DO ECODESENVOLVIMENTO

O tema desenvolvimento entrou em destaque no pós Segunda Guerra Mundial com o objetivo de reconstruir as economias dos países afetados pela guerra. Em meio a este cenário, o desenvolvimento foi equiparado com o crescimento econômico, acreditando-se que, após estimulação econômica, os efeitos positivos do crescimento alcançariam sucessivamente todas classes sociais (SACHS, 2000b).

Devido a esses efeitos não serem atingidos e os problemas sociais e ambientais terem se disseminado no mundo, Sachs (2007d) evidencia que logo se tornou necessário esclarecer outras dimensões do desenvolvimento: as dimensões social, cultural, política e, após 1972, a dimensão ambiental. Para o autor as estratégias de vias de desenvolvimento devem considerar certas especificidades comuns a vários países, como o contexto histórico e cultural; o contexto ecológico e o institucional.

O contexto histórico e cultural aborda o desenvolvimento pautado em sua dinâmica processual; o contexto ecológico compreende a diversidade dos biomas, climas, fatores bióticos e abióticos, ao qual compreende a potencialização de recursos que podem ser utilizados pelo desenvolvimento (SACHS, 2007d).

A ligação entre a variabilidade dos ambientes naturais e a diversidade cultural dos seres humanos vem a ser próxima, quando a ênfase do conhecimento que a sociedade acumulou sobre o seu meio natural e o contexto institucional, em sua terminologia mais ampla, passa a refletir sobre os processos de organização das sociedades (SACHS, 2007d).

Dentro dessa conjuntura, o autor define que o crescimento socialmente justo e benigno do ponto de vista ambiental vem a ser o único que corresponde ao conceito de desenvolvimento. Para ele:

O desenvolvimento aparece assim como um conceito pluridimensional, evidenciado pelo uso abusivo de uma série de adjetivos que o acompanham: econômico, social, político, cultural, durável, viável e, finalmente humano. Está mais do que na hora de deixar de lado tais qualificativos para nos concentrarmos na definição do conteúdo da palavra desenvolvimento, partindo da hierarquização proposta: o social no comando, o ecológico enquanto restrição assumida e o econômico recolocado em seu papel instrumental (SACHS, 2007d, p. 266).

Assim, a conquista do desenvolvimento requer estratégias complementares entre países do Norte e países do Sul, visto que os padrões de consumo no Norte se revelam na maioria insustentáveis (SACHS, 2002c). E no Sul, a reprodução dos padrões de vida do Norte em benefício de uma pequena porcentagem da população resultou em isolamento social, tornando-se imprescindível uma mudança no estilo de vida nos países pobres e ricos. Sachs (2002c, p. 58) retrata que: “na perspectiva de democratização do desenvolvimento, o paradigma necessita ser completamente mudado”.

A partir da não redução do desenvolvimento a crescimento econômico nasce o conceito do ecodesenvolvimento (SACHS, 2009e). Este como alternativa estratégica de desenvolvimento se adapta aos países do Terceiro Mundo e apresenta oito principais características (SACHS, 1986a): (a) valorização dos recursos específicos das ecorregiões e satisfação das necessidades básicas da população; (b) contribuição principalmente para a realização do ser humano, dispor emprego, qualidade da saúde, moradia e nas relações humanas, entre outros; (c) utilização de recursos renováveis e não depredação da natureza de modo que os recursos sejam deixados para as futuras gerações; (d) redução dos impactos dos seres humanos sobre o meio ambiente; (e) aproveitamento de fontes locais de energia, assim como redução de hidrocarbonetos; (f) investimento em ecotécnicas; (g) discussões horizontais com a população para sensibilização e busca de soluções quanto ao meio ambiente e problemas locais; e (h) educação preparatória para internalizar as particularidades do ecodesenvolvimento.

O ecodesenvolvimento insiste nas soluções específicas de problemas particulares de cada ecorregião, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas em longo prazo (SACHS, 1986a). Assim, reage à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas.

Para Sachs (2007d) as instituições sociais devem determinar as relações econômicas e, a natureza deve ser acoplada no seu lugar de origem, ou seja, mantenedora da subsistência do ser humano. O autor destaca que o ecodesenvolvimento reage contra as transferências passivas e o espírito de imitação ao colocar em destaque a autoconfiança das populações locais na busca de soluções para seus problemas em comum.

Possibilita-se, assim, um estímulo para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio ambiente. Por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais, a diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais são testemunhos eloquentes deste cenário. Sachs (1986a) compreende que o sucesso das particularidades deste conceito pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre sociedade-natureza.

Uma instância importante para esta estratégia consiste no estudo das culturas e variedade de formas de vida animal e vegetal. Assim, obtem-se a identificação de novos recursos com o intuito de gerenciá-los de forma socialmente incluyente e ecologicamente prudente. Através da valorização do conhecimento local das populações e da conciliação das conquistas da ciência moderna se reconhece o potencial de riqueza e diversidade contido na natureza (SACHS, 2007d).

Para isso, o autor define cinco dimensões do ecodesenvolvimento, que devem evoluir conjuntamente, sendo apresentadas no QUADRO 1 abaixo:

QUADRO 1: DIMENSÕES DO ECODESENVOLVIMENTO

Dimensão social	Aborda um processo de desenvolvimento sustentado por outra lógica de crescimento. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de rendas e de bens, de modo a reduzir o fosso entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.
Dimensão econômica	A alocação e o gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Ultrapassa as configurações de barreiras protecionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado à ciência e tecnologia. A eficiência econômica avaliada é avaliada por não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.
Dimensão ecológica	Busca ampliar a capacidade de carga da Terra por meio do uso do potencial de recursos dos Biomas com o mínimo possível de danos aos sistemas de sustentação da vida. Utiliza-se da perspectiva dos recursos renováveis, redução da poluição, tecnologias de baixo teor de resíduos e normas para uma adequada proteção ambiental.
Dimensão espacial	Pretende atingir uma configuração rural-urbana mais equilibrada, busca frear a destruição de ecossistemas frágeis e envolver os pequenos agricultores. Empregar adequadamente pacotes tecnológicos, crédito e acesso a mercados. Explorar o potencial da industrialização descentralizada com enfoque no uso dos recursos renováveis de proteção dos biomas.
Dimensão cultural	Procura as raízes endógenas de modelos de modernização e de sistemas produtivos, processos que integrem a continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento com abordagem em um conjunto de soluções locais, envolvendo os parâmetros sociais, culturais e naturais.

FONTE: Baseado em Sachs (2007d).

LEGENDA: Não foram testadas essas dimensões na comunidade em estudo, porém a revisão da literatura tornou-se fundamental para o entendimento do Ecodesenvolvimento.

Corroborando Vieira (2013), afirma que o ecodesenvolvimento vem a ser uma proposta que interliga demanda social, economia e meio ambiente a fim de contribuir com a exploração não predatória dos recursos naturais para a humanidade. Nessa

perspectiva, propõe uma gestão governamental com auxílio de pesquisas integradas para possibilitar diálogos com as comunidades locais para o legado de uma ética ecológica.

O autor refere-se à combinação de problemáticas de (a) autonomia relativa das dinâmicas locais; (b) da articulação dos diversos níveis de integração regional; e (c) da transformação do padrão dominante de inter-relacionamento entre os agentes econômicos, o Estado e a sociedade civil organizada. Levando-se em conta, neste panorama, que a problemática a ser enfrentada não se enquadra mais na tradicional estrutura vertical das tomadas de decisão no campo do planejamento e da gestão das novas estratégias de desenvolvimento (VIEIRA, 2013).

Trata-se de planejar o desenvolvimento dos países do Sul, contemplando a tripla perspectiva desenvolvimentista: o socialmente incluyente, ecologicamente viável e economicamente sustentado (SACHS, 2009e). Nesta diretriz, o social, para o autor, aparece em primeiro lugar, pois ocupa o domínio da própria finalidade do desenvolvimento que tem o enfoque no ser humano e na progressão de suas necessidades básicas, o econômico vem a ser o último, pois se refere ao domínio instrumental; o ecológico é intermediário, ocupando ambos os domínios. Para ele o que precisa ser considerado é a relação simbiótica entre sociedade-natureza.

Não se deve ver na terra nem um ecossistema que se trataria de manter imutável, nem uma pedreira a explorar em nome de motivações econômicas egoístas e míopes. Trata-se de um jardim que se deve cultivar desenvolvendo as faculdades criativas do homem (SACHS, 2009e, p. 260).

Ao refletir sobre o desenvolvimento dos territórios em uma ótica de planejamento, percebe-se a importância do aperfeiçoamento no enfoque territorial. São contemplados os impactos sociais positivos nas comunidades locais com práticas voltadas à prudência ecológica, à integração sistêmica da cadeia produtiva local, ao equilíbrio entre as tradições e inovações em seus aspectos culturais e à autonomia entre os atores para geração de renda.

O desenvolvimento territorial a partir da linha mestra do ecodesenvolvimento valoriza a riqueza que a natureza traz e os hábitos sociais locais, aportando uma relação integrada entre ser humano e natureza, garantindo a sociodiversidade. Portanto, neste trabalho as perspectivas que são abordadas partem da dimensão social, cultural e ecológica, buscando uma conscientização sobre o cuidado com o meio ambiente, e trazendo a liberdade entre os atores, de modo a escolherem o que

ser e o que mudar em seus costumes mediante a solidariedade em seus aspectos culturais, sociais e ambientais do território.

2.1 A QUALIDADE VINCULADA À ORIGEM: RECURSOS TERRITORIAIS COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento territorial se desvincula da noção de lugar ou formas centralizadas de controle e poder, aproximando-se ao conceito de território construído. Mediante uma gestão conjunta e divisão do poder, o território se constrói a partir dos indivíduos que nele vivem (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

O território como uma construção coletiva e um recurso institucional está associado à ideia de que a modificação de estruturas do território-dado é capaz de ocasionar e potencializar o processo de valorização de diversos recursos – genéricos e específicos – desse espaço. Assim, o território possui duas estruturas fundamentais: a) é uma realidade em evolução; e b) é o resultado simultâneo dos jogos de poder e dos compromissos estáveis estabelecidos entre os principais atores sociais (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

Para Vieira (2013), o enfoque territorial, das construções de espaços econômicos e sociais articulados com a identidade e a cultura, difere do modelo de sistema piramidal hierárquico. Conforme o autor a inovação desempenha essencial importância ao envolver os múltiplos atores, uma vez que estima preferencialmente um novo modelo de ação com enfoque no nível local-comunitário (VIEIRA, 2013). Desse modo, a intenção de requalificar o critério a partir de endogeneidade do território mostra que existem diferentes modos de organização da vida social e de produção que são ancorados territorialmente por meio da especificidade do território.

Portanto, o desenvolvimento territorial passa a evidenciar uma alternativa ao economicismo a fim de valorizar os recursos das regiões. Para Vieira (2013, p. 12) essa reflexão ainda rudimentar na comunidade científica internacional reflete a magnitude dos desafios teóricos e práticos envolvidos na gestão desses processos de recriação institucional e de aprendizagem social transformadora.

Sachs (2007d) aborda que para o desenvolvimento de territórios é necessária uma valorização dos recursos físicos e naturais do espaço geográfico, solidariedade

com as gerações futuras, redução de impactos ambientais mediante organizações produtivas, educação e gestão participativas, além de políticas públicas horizontais, Estado como fonte de poder descentralizado, subsídios para dar voz às populações locais e condições básicas para aumento da qualidade de vida.

Para Carrière e Cazella (2006), o ponto máximo de maturação de um território construído consiste na geração de uma renda de qualidade territorial, pois o bem é específico do lugar e não pode ser encontrado, de maneira idêntica, fora do território onde é produzido. Nesse sentido, o território vem a ser o produto comercializado através de sua identidade. Porém, há necessidade de estruturas participativas ao planejamento e gestão para a criação de atributos territoriais de acordo com os atores sociais (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006), pois o processo de especificação dos ativos diferencia um território do outro (PECQUEUR, 2005a).

Para Pecqueur (2005a; 2006b) existem dois tipos de território: o dado e o construído. Conforme o autor, o território dado vem a ser um território institucional, uma região, um distrito, a província, aquele formado por decisão político-administrativa, em um processo, cujos interesses são o estabelecimento de políticas de desenvolvimento da região pré-definida, ao qual, normalmente, as decisões políticas ocorrem de cima para baixo, sem a discussão com os atores locais. O território construído vem a ser formado a partir de um encontro de atores sociais, em um dado espaço geográfico que procura identificar e resolver um problema comum, com determinações em uma escala – de baixo para cima. Essas determinações são contruídas através do coletivo, com atores-chaves que discutem em torno da realidade de tais problemáticas no território. Ao ser construído pelos atores, não existe em todo o lugar e, assim, os problemas a serem resolvidos estão numa escala meso-econômica distinta de escala individual e global.

Conforme Pecqueur (2006b), com a crise do sistema capitalista fordista e a emergência do sistema de acumulação flexível, os espaços urbanos e rurais, os lugares, as regiões, ou seja, os territórios têm sido modificados. Devido à crise do fordismo na década de 1960, mudanças foram necessárias para solucionar os problemas do mercado interno já saturado. Assim, o mercado começou a intensificar sua internacionalização, culminando em um mundo mais globalizado de forma a aumentar a competitividade.

Portanto, ao contrário de uma globalização precursora de uma igualdade social, vê-se o crescimento das desigualdades sociais. Surgem, entre os cientistas, discussões sobre políticas públicas e geração de trabalho pautados em um desenvolvimento local com a finalidade de conservação ambiental. Nesse contexto, um fator decisivo no mercado competitivo vem a ser a inovação de produtos que contribuam com a conservação ambiental e levem consigo a marca do território.

Para Pecqueur (2005a), a inovação do desenvolvimento territorial busca revelar recursos inéditos do território. Trata-se de diferenciar o produto para que ele se torne específico, sendo que o ativo é um fator em atividade valorizado no mercado e o recurso constitui uma reserva em potencial que pode ser transformada em ativo se as condições de produção e tecnologia assim o permitirem. O recurso específico só entra em processo de ativação potencial quando as coletividades dos atores o administram e há a valorização da cultura e saber fazer (PECQUEUR (2005a). O autor enfatiza que os recursos e ativos genéricos podem existir em qualquer local e ser transferíveis. Com valor determinado pelo mercado, os mesmos não possuem qualquer tipo de diferenciação, pois sua existência independe da participação de produção do território.

No entanto, conforme Godard (2000, p. 207), faz-se necessário averiguar determinados quesitos antes de por em uso os recursos territoriais específicos:

- a) reprodutibilidade: o caráter reprodutível ou não reprodutível do recurso através da ação antrópica;
- b) renovação: o caráter renovável ou não-renovável, mediante processos naturais do recurso, em termos de um horizonte economicamente significativo. Como a vegetação, sistemas de pesca, recursos genéticos e água são renováveis; minerais metálicos e hidrocarbonetos são não-renováveis;
- c) abundância: o caráter esgotável ou não-esgotável do recurso, correspondendo à questão: o homem pode explorar o recurso até seu esgotamento? Na escala humana e fora de contextos microlocais, a energia solar é inesgotável; ao contrário, os recursos genéticos ou do mar são esgotáveis, mesmo sendo renováveis; os recursos não-renováveis são geralmente esgotáveis; e
- d) capacidade de reaproveitamento: o caráter reciclável ou não reciclável dos materiais, condicionando a massa de dejetos finais gerada pela atividade

econômica: os minerais metálicos, o vidro, certos tipos de plásticos são recicláveis.

Portanto, ao verificar as potencialidades dos territórios, torna-se relevante levantar tais quesitos mencionados acima, de maneira a não se esgotar a capacidade de suporte do ecossistema. De acordo com Vieira (2013), o sentido do território passa a levar em conta a especificidade de uma abordagem intermediária econômica territorial e, assim evidencia que os modelos de análises se pautam em conceitos como o de sistema produtivo localizado, meios inovadores, cluster, sistema produtivo urbano, recurso territorial e governança territorial. Porém, segundo o autor, a preocupação pela qualificação dos produtos – um elemento central do modelo analítico correspondente – exige:

A construção de novos dispositivos institucionais e de novas modalidades de regulação de estratégias individuais, coletivas e públicas, mas, também, pressupõe a pesquisa de novas interfaces entre os conhecimentos de atores locais, pesquisadores e técnicos, além de revelar a complexidade envolvida na imbricação dos processos de produção e consumo de alimentos” (VIEIRA, 2013, p. 10).

Pecqueur (2005a), por sua vez, apresenta elementos de um modelo de desenvolvimento territorial de produção flexível e adaptável para as economias de países do Sul. Para ele, no contexto econômico atual as pequenas e médias empresas poderiam competir com indústrias transnacionais que produzem produtos a baixo custo e investem maciçamente em inovação e propaganda (PECQUEUR, 2006b). Para isso, evidencia que a vantagem comparativa dos produtos em contexto de globalização, mostra-se uma vantagem diferenciadora para os territórios que precisam escapar das leis de concorrência dos mercados. Países como Itália e França, durante a crise de 1960, encontraram formas alternativas territoriais para produção respaldada nos atores. A base desse processo de formas alternativas está na expressão do recurso específico que é capaz de manifestar a identidade e cultura de um território. Partindo da tomada de decisão dos atores, mediante relações de reciprocidade e/ou dádiva/contra dádiva, há a finalidade de solucionar problemas em comum (PECQUEUR, 2005a; 2006b).

Representando que a territorialização da produção não se limita à indústria tradicional ou àquela da inovação, abrange características próprias como identidade do produto, especificidade da matéria prima, ligação com o meio e com o saber

fazer. Portanto, não são somente os produtos e serviços que se vendem localmente, mas por meio dos multiatores e fatores ambientais o *locus* território passa a ser o produto comercializado, o que pode ser denominado de qualidade territorial (PECQUEUR, 2005a; 2006b).

Pecqueur (2005a) nota que as aplicações sobre a economia territorial já são praticadas nos países do Sul e que essas práticas são fortalecidas pela globalização. Portanto, o que conta são as estratégias de aliança entre os atores perante certas questões produtivas, assim as externalidades de um território resultam de um processo que integram um mundo não comercial, onde se manifestam as identidades territoriais. Conforme Albuquerque e Zapata (2010), para se promover o desenvolvimento territorial no contexto de globalização perante formas flexíveis de produção é necessário fortalecimento institucional através de políticas de desenvolvimento local para a cooperação público-privada, pois somente assim poderá ser criado ambientes inovadores territoriais para o tecido produtivo.

Além do mais, segundo o autor, a adequada valorização do meio natural e a formação de recursos humanos só podem ser contempladas a partir do próprio território. Assim, defende que as administrações locais precisam incorporar a visão de desenvolvimento territorial articulada com os diferentes atores locais ao ordenamento territorial e planejamento urbano, a defesa e promoção do patrimônio cultural e a valorização do meio ambiente como um ativo de desenvolvimento (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

Portanto, a dinâmica territorial tem a relação global/local renovada quando o diferencial constituído parte da natureza do território e quando a economia vem a ser geográfica, pois uma economia não situada é ineficaz perante o desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2006b).

Diante do exposto é necessário refletir sobre o modelo econômico atual gerador de consequências ao meio ambiente e à sociedade como um todo. A questão da natureza foi desconsiderada pelos primeiros economistas, pois as atividades produtivas ainda não implicavam em riscos irreversíveis à biosfera. A continuidade automática do modelo econômico capitalista prejudica a capacidade de suporte do planeta Terra e contribui para a insustentabilidade e a perda da biodiversidade e cultura local. Contribuindo com o modo a reestabelecer uma

relação saudável entre o ser humano e natureza buscando a integração do ser humano como ativo constituinte do ecossistema.

2.2 A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO

Mauss (2003), ao comparar as iniciativas de circulação de bens nas sociedades primitivas, tanto na Polinésia, Melanésia e Noroeste americano, identificou que as relações sociais se davam por trocas antiutilitaristas não estando relacionadas à economia dita natural. As trocas implicavam em fatos sociais: o ato da troca não estava desvinculado da economia, da política, da religião, da estética ou do parentesco. O autor evidencia em sua obra que nessas sociedades não eram indivíduos que trocavam mercadorias, eram coletividades que estabeleciam as trocas como dádivas. A dádiva era a troca de bens materiais ou imateriais que estabelecia vínculos subjetivos entre os que a realizavam. A oferta de algo estava relacionada à disponibilidade de algo de si para o outro.

Conforme Mauss (2003), as instituições das sociedades tribais possuíam um regime social para o ato de trocar que não vinha a ser exclusivamente a troca de “bens e riquezas, bens móveis e imóveis” (p. 203). Para o autor (p. 203), as “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas” trocados constituíam “matéria espiritual”. A dádiva não era um mero sistema de “intercâmbio” (p. 240), mas uma relação de interesse com reciprocidade mínima, ou seja, ao invés de ocorrer a preocupação com o outro, no intercâmbio procura-se satisfazer o próprio interesse.

A dádiva, descrita por Mauss (2003), é a troca que une, a troca que origina valor simbólico de finalidade moral, que produz sentimento de aliança entre os envolvidos. O autor destaca que a dádiva tem três princípios inseparáveis: dar, receber e retribuir. Sendo o ato de dar descrito como ser disponível à iniciativa e assumir o risco de rejeição; o de receber, estar disponível à iniciativa alheia; e o de retribuir, ter a disponibilidade de unificar e tornar-se um com o outro.

Para Mauss (2003, p. 212), os contratos nas sociedades primitivas eram firmados mediante a troca, sendo uma simples mobilização dos recursos, um meio. O autor descreve que as almas misturam-se nas coisas e as coisas nas almas,

“misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam”. As trocas naquelas sociedades remetiam a um sentimento mútuo, nelas a honra, o prestígio, o despreendimento e a solidariedade não eram palavras vãs. O autor (p. 195) retrata que, em algumas tribos a noção de valor não utilitário tinha poder mágico, sendo ligada a ritos, há *mana*, *hau* e “obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder esse *mana*”.

Na passagem da obra de Polanyi (2012, p. 61), sobre as sociedades tribais, o mesmo argumenta que “nas condições tribais a solidariedade era protegida pelos costumes e tradições, a vida econômica estava inserida na organização social, não havia lugar para transações econômicas”, “a justiça e o direito se encarnavam em instituições mais antigas”. A “sociedade não era organizada de maneira mercantil, o preço, bens e riquezas não eram considerados justos somente quando vinham do mercado” (lucro e interesse), (POLANYI, 2003, p. 60).

Na ótica de Polanyi (2012, p. 55), há muito a aprender com essas sociedades, enfatizando que “a sociedade do século XIX organizou-se de um modo que fazia com que apenas a fome e o lucro fossem motivações eficazes para o indivíduo participar da vida econômica”. Há muito a aprender com essas sociedades, visto que o mercado destrói laços sociais.

Nesse modelo de organização social e produtiva, Zaoual (2003) propõe o conceito de *H. situs*, caracterizando-o pela interação do homem com o seu habitat, ou ainda a existência do Homem situado pela busca de conformidade com o seu meio social (regras do local de Sabourin (2011)) e ecológico, estabelecendo sítios simbólicos de pertencimento; o homem pertencido estabelece sítios simbólicos de respeito a outrem e sua natureza de forma dinâmica, material e imaterial.

Zaoual (2003) vê o mundo como um mosaico de diversidades, para pensar uma alternativa para o homem concreto, o *H. situs*. Propõe a criação de sítios simbólicos, visto serem esses o local de ancoragem e de confiabilidade de um homem, o qual se caracteriza por ser flexível, singular, aberto, composto de uma entidade imaterial e possui: sua caixa preta - originária de crenças, experiência, memória e trajetória -, uma caixa conceitual - originária de saber social, teorias e modelos - e uma caixa de ferramentas - originária de ofícios e modelos de ação. Com esses, o *H. situs* insere-se e pratica atitudes que envolvem diversidade e respeito com o outro e com o meio ambiente. Ele é o sujeito de sua própria história,

o ator. O autor ressalta que não se separa o conhecimento do social do conhecimento da crença e do conhecimento dos valores, pois a racionalidade deve ser intercultural, transdisciplinar, onde a construção social transforma-se e vem a ser capaz de estar adaptada à diversidade. Retratando a condução do ator sobre seguir o seu próprio caminho a partir de sua cultura local, para o autor, considerar as especificidades locais contribui para perceber a impossibilidade de transpor modelos de economia, administração e desenvolvimento de um território para outro, o que ele denominou de desenvolvimento transposto. Em especial, Zaoual chama a atenção para as economias informais que funcionam de maneira enraizada nos meios locais. Enquanto a economia formal é alimentada pelos padrões de desenvolvimento vindos de países do Norte. A economia informal, mantida à distância, sobrevive e demonstra ser uma solução encontrada por populações em vulnerabilidade (ZAOUAL, 2006b).

Um dos pré-requisitos para se pensar o desenvolvimento, segundo o autor, é a redefinição da ideologia econômica sobre a qual se baseia e se reproduz o sistema capitalista. Por conta das concepções de desenvolvimento serem vistas sempre atreladas ao sistema capitalista, são inúmeros os fracassos de projetos de desenvolvimento na maioria dos países do sul; tais projetos separam o que tende a ser a economia da sociedade, desprezando a diversidade e as características sociais e econômicas locais (ZAOUAL, 2003). Na visão desse autor, o desenvolvimento tal como é visto no pensamento contemporâneo é o modo de existência do capitalismo, capaz de criar uma civilização peculiar que se torna exclusiva das outras tradições e civilizações, que vive às custas do domínio econômico e de um sistema predador de territórios construídos e recursos naturais.

A caixa preta, que pode corresponder à cultura dos coletores; a caixa conceitual, que contém seu saber social, podendo se referir à forma como os extrativistas elaboram suas práticas cotidianas; e a caixa de ferramentas, pode indicar as interações dos sujeitos e a sua organização social em sua fase produtiva. Assim, todos esses elementos contidos nas caixas, são acionados para se pensar e operacionalizar o desenvolvimento territorial.

2.3 AS DERIVAÇÕES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (DE PROTEÇÃO INTEGRAL E USO SUSTENTÁVEL)

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as UC são áreas naturais protegidas que possuem características naturais relevantes com objetivos de conservar a biodiversidade e outros atributos naturais nelas contidos, com o mínimo de impacto. Elas são criadas para garantir a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico, bem como proteger locais de grande beleza cênica, como serras, dunas e cachoeiras. Além de permitir a sobrevivência da diversidade de animais e plantas, essas áreas contribuem para regular o clima, abastecer os mananciais de água e proporcionar qualidade de vida às populações (BRASIL, 2000).

As UC integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas (BRASIL, 2000):

a. Unidades de Proteção Integral, as quais têm como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais consideradas como áreas de preservação permanente. São compostas pelas seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre; e

b. Unidades de Uso Sustentável, as quais têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Composta por Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional/ Floresta Estadual / Floresta Municipal; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependendo da categoria à que pertence a UC, podem ou não ser permitidas atividades humanas, podendo haver a necessidade de autorização ou de licenciamento do órgão ambiental competente. Cada UC apresenta sua “Zona de Amortecimento”, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

De modo a auxiliar no gerenciamento da UC, deve ser elaborado um “Plano de Manejo”, através do qual são estabelecidos o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, além da implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC. Como instrumento de gestão participativa, cada UC também deve dispor de um “Conselho Gestor”, constituído por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e população residente, sendo presidido pelo gerente da UC (BRASIL, 2010).

Criadas por instrumento legal e por ato do Poder Público, as UC são gerenciadas por instituições federais, estaduais, municipais ou particulares. Informações oficiais sobre UC são mantidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) com a colaboração de órgãos gestores federal, estaduais, municipais e particulares. Segundo a Lei nº 12.651, em seu art. 3, I, II e III, conforme o QUADRO 2 abaixo, são definidas por Área de Preservação Permanente (APP), Reserva legal e Manejo sustentável:

QUADRO 2: CONCEITOS DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL E MANEJO SUSTENTÁVEL

Área de Preservação Permanente	Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
Reserva legal	Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa
Manejo sustentável	Administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

FONTE: Brasil (2012)

Quanto ao regime da APP da mesma lei, segundo o artigo VII, parágrafo 1:

Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei (BRASIL, 2012, s/p).

Em seu artigo VIII, afirma-se que “a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei” (BRASIL, 2012, s/p).

Já, sobre a exploração florestal, em seu art. 31:

A exploração de florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, ressalvados os casos previstos nos arts. 21, 23 e 24, dependerá de licenciamento pelo órgão competente do Sisnama, mediante aprovação prévia de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS que contemple técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forme (BRASIL, 2012, s/p).

Portanto, quando consideradas como espaço territorial e área de conflitos socioambientais, ainda não há legislação específica no Paraná vinculada aos PFNM, caso as comunidades no entorno de uma UC permanente necessitem da aquisição dos recursos da floresta para a subsistência familiar. Em relação ao município de Morretes, em destaque nesta pesquisa, este possui características peculiares como as belas paisagens, atrativos turísticos e gastronômicos, agropecuária, aquicultura, e entre outras atividades que são utilizados na finalidade de geração de renda pelas próprias comunidades.

2.4 AS COMUNIDADES RURAIS NÃO INDÍGENAS NO ENTORNO DA MATA ATLÂNTICA (LITORAL DO PARANÁ)

A região litorânea do estado do Paraná localiza-se na costa sul do Brasil e possui superfície aproximada de 6.600 km², estendendo-se desde a vila de Ararapira (Lat. Sul 25°12'44" – Long. 48°01'15"W. Gr) até a Barra do Rio Sai-Guaçu, ao sul (Lat. Sul 25°58'38" – Long. 48°35'26" W. Gr.) (BIGARELLA, 1978). Limita-se

territorialmente entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico e entre os litorais dos Estados de São Paulo, ao norte, e de Santa Catarina, ao sul. Abrange os municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba e parte dos municípios de Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul (ANGULO *et al.*, 2006).

A precipitação média anual da região é de 2.435,8mm. A menor concentração de chuvas ocorre nos períodos de junho a novembro, sendo que, no verão, a precipitação é mais regular e intensa, podendo atingir valores superiores a 1.000mm (VANHONI; MENDONÇA, 2008).

As diferenciações topográficas, climáticas e geomorfológicas também imprimem peculiaridades e especificidades a localidade, expressas na elevada diversidade de ecossistemas presentes (BIGARELLA, 1978). O litoral do Paraná é caracterizado por grande diversidade física e biológica, aos quais influenciaram em sua ocupação e condicionaram seus usos (ESTADES, 2003).

Composto por fauna e flora ricas, devido ao seu tamanho e continuidade, enquanto ecossistema natural, o litoral abriga populações de diversas espécies que, por seu porte e biologia, necessitam de grandes áreas para sua manutenção, além de espécies raras e ameaçadas de extinção (IPARDES, 1989).

Outra característica que se faz influente sobre a fauna local é a abrupta escarpa da serra do mar, localizada na porção oriental do estado. Apresenta-se como uma barreira geográfico-ecológica entre o planalto meridional brasileiro e a faixa litorânea, tornando evidente a distinção faunística entre estas regiões à margem da serra (IPARDES, 1989).

O litoral paranaense contém fortes desigualdades sociais, sendo uma das regiões mais empobrecidas do estado, possuindo uma variedade cultural de populações de origem e trajetórias históricas diferentes (ESTADES, 2003). São pessoas cuja origem étnica mescla basicamente o indígena, o português e negro, formando a base do povo do litoral, denominado de caboclo ou caiçara (DIEGUES *et al.* 1999; HOEFLICH, 2017).

Também é encontrado o caipira, que subexiste em nichos onde a mecanização agrícola não pode avançar, como nas áreas montanhosas da Mata Atlântica e da Serra do Mar, obtêm formas de convívio e ajuda mútua nas atividades agrícolas bem como formas de religiosidade peculiares em torno de capelas e

igrejas. O sitiante que, apesar de basear seu modo de vida na agricultura, desempenha outras atividades complementares, como a pesca, o artesanato, o trabalho assalariado, aqui podem ser considerados os pequenos produtores rurais. Os quilombolas que garantem sua subsistência com a pequena pesca, o extrativismo e a pequena agricultura. E os pescadores praticantes da pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada (DIEGUES *et al.*, 1999).

O que ambas essas comunidades de caiçara, caipira, sitiantes, quilombola e pescadores têm em comum com os extrativistas/coletores é o conhecimento dos ciclos naturais, as formas de uso dos recursos biológicos, sendo também dependentes de fragmentos de mata para a retirada do mel, de ervas medicinais, de cipós e de fibras para o artesanato e outros. No entanto, Diegues (1999) elenca que a transformação do espaço de reprodução material e social dessas comunidades em UC resultou em graves limitações às suas atividades tradicionais de agricultura itinerante, caça, pesca e extrativismo, contribuindo para tensões com os administradores dessas unidades de conservação e para uma migração às áreas urbanas, onde expulsos de seus habitats passaram a viver em espaços não simbólicos, levando ao desemprego e subemprego. Por isso, esse saber fazer tradicional, que vem de geração em geração é um instrumento considerável para a conservação desses recursos não-madeiráveis, sendo que tal atribuição pode trazer à tona as atividades de subsistência familiar e geração de renda.

2.5 TIPOLOGIAS DO EXTRATIVISMO

O extrativismo é o sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis (BRASIL, 2000 p. 02). É promovido com a coleta nativa de espécies na mata, manejo e cultivo dessas espécies por comunidades locais e científicas (SIMÕES; LINO, 2002). Pode ser adquirido pelo uso direto, aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (BRASIL, 2000 p. 02). O extrativismo realizado através do uso sustentável explora o ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos. Como uma estratégia capaz de

manter a biodiversidade e os demais atributos ecológicos é considerado uma forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000, p. 02).

Com variações na literatura sobre extrativismo de coleta, manejo e aniquilamento, o conceito utilizado por Simões e Lino (2002) designa que o extrativismo de coleta é realizado por comunidades rurais com um modo de vida peculiar inseridas total ou parcialmente em Biomas florestais. Envolve atividades de pequena agricultura, pesca, entre outras. Normalmente os produtos são utilizados diretamente e são pouco comercializados. Praticado de forma tradicional, é realizado conforme a temperatura, época do ano, fases da lua e em determinado local no interior da mata, sendo uma atividade restrita a períodos do ano. Quando há desorganização social nestas comunidades, esse extrativismo pode se tornar a única fonte geradora de economia, como resposta à demanda do mercado. Pode tornar-se ilegal (SIMÕES; LINO, 2002), como é o caso do corte de palmito juçara.

O extrativismo de manejo, para os autores, envolve uma etapa mais avançada com práticas somente tradicionais, com estas vinculadas as técnico-científicas ou introduzidas por técnicos. Pode ser realizado no interior da mata e em quintais. Normalmente é desempenhado quando a comunidade rural tem propriedade de terra. Esses produtos também têm a opção de comercialização (SIMÕES; LINO, 2002).

O extrativismo de cultivo requer investimento e práticas especializadas. Nesse caso, o produtor tem a posse de terra. Em sua totalidade, a produção torna-se comercializada, como é o caso de orquidários (SIMÕES; LINO, 2002). Similar a isso, Homma (1982) retrata tanto o de coleta quanto de aniquilamento. O de coleta refere-se à exploração fundamentada em produtos oriundos de determinadas plantas ou animais. Nesse caso, é comum persistir a obtenção de uma produtividade imediata, levando ao aniquilamento a médio e longo prazo do recurso natural. No caso em que a velocidade de extração for igual à velocidade de recuperação, o extrativismo permanecerá em equilíbrio (HOMMA, 1982).

O extrativismo por aniquilamento, para o autor, é referido quando a obtenção do recurso econômico implica na extinção dessa fonte, ou quando a velocidade de recuperação for inferior à velocidade de exploração extrativa. Trata-se, por exemplo, da extração madeireira, do palmito e da caça e pesca indiscriminadas (HOMMA, 1982).

Para essa pesquisa, o extrativismo de manejo, além de ser expresso por meio científico, pode ser atrelado aos saberes tradicionais com os científicos. O de cultivo está intimamente relacionado ao mercado, no entanto, pode ser aplicado o uso sustentável a essas espécies. Destaca-se que o de cultivo pode também ser insustentável, ao ter-se a especialização em um único produto. O de coleta corrobora com a conservação do meio natural, sendo de uso sustentável, é retirado da natureza em detrimento de fatores bióticos e abióticos do ambiente. O de aniquilamento, mesmo que seja em busca de sobrevivência e reprodução social, perpassa ao excedente de recursos naturais contribuindo com a extinção das espécies e desequilíbrio do meio, tornando-se não sustentável. Com exceção para o de coleta, utilizado de forma tradicional, uso direto e comercialização, todas as outras apologias de extrativismos podem estar vinculadas a uma economia de mercado, haver comercialização e ter uso direto.

3 PRODUTO FLORESTAL NÃO-MADEIREIRO: SURGIMENTO E CLASSIFICAÇÃO

O domínio da Floresta Atlântica teve a chegada de seus primeiros exploradores – europeus – em 1572. Deslumbrados com a paisagem repleta de plantas e animais, chamaram-na de “Terra dos Papagaios”. Além de sua diversidade e riqueza, a floresta oferecia vantagens econômicas, o que fez com que suas taxas de desmatamento reduzissem-na a cada ano. Até a década de 1970 foi explorada para alavancar a economia do país mediante o extrativismo do pau-brasil (*Coesalpinha echinata*). Seus primeiros exploradores esgotaram a reserva florestal de *Coesalpinha echinata* em menos de um século (TONHASCA, 2005).

A atividade de agropecuária sucedeu por anos e as encostas da serra do mar no litoral foram o local escolhido para o desmate predatório e intensificação dessa atividade. Com o advindo das locomotivas a vapor e estradas de ferro, as árvores serviram como combustível em forma de lenha (TONHASCA, 2005; LEANDRO, 1999). Os impactos na floresta foram inúmeros, tanto que hoje restam 12,42% (ATLÂNTICA, 2019) de seus ecossistemas naturais, surge, então, a ideia pelo mundo de que as florestas valem mais em pé do que sob toras.

Em 1972, confirmam-se os atos de desequilíbrio ambiental pelo globo. Foi publicado o relatório “Limites do Crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1972), elaborado por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e delegado pelo Clube de Roma, instituição formada por cientistas, representantes do setor político e industrial. O relatório trouxe modelagens das catastróficas consequências futuras do crescimento acelerado da população e do padrão de consumo no mundo, considerando que a natureza contém os recursos naturais indisponíveis em longo prazo.

Em 1980, o PFNM começou a ter relevância, principalmente com pesquisas como as realizadas em áreas florestais na América do Sul em países subdesenvolvidos, onde a vantagem principal se dava no uso sustentável de espécies madeireiras e na agricultura familiar (FAO, 1995). Após a intensificação sobre a preocupação com o Meio Ambiente e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) em 1992, denominada também de Eco-92, aumentou-se o interesse da ciência e de governos contemporâneos sobre a temática dos PFNMs (UNCED, 1992).

O termo PFNM abrange todo produto tangível (por exemplo: fibras, folhas, gomas, óleos, produtos culturais e artesanais, dentre outros) da floresta que não seja a madeira roliça destinada para fins industriais (FAO, 1994). São produtos que contribuem com o desenvolvimento territorial atrelado em conformidade econômica, social e ambiental, podendo ser colhidos das florestas, e cultivados e aderidos aos Sistemas Agroflorestais (SAF). A FAO (1995) faz uma distinção entre produtos florestais não madeireiros e os serviços florestais:

) PFNM - produtos para o consumo humano (alimentos, bebidas, plantas medicinais e extratos, como por exemplo: frutas, bagas, nozes, mel, fungos, dentre outros); farelos e forragem (campos para pastagem); e outros produtos não madeireiros (cortiça, resinas, taninos, extratos industriais, plantas ornamentais, musgos, samambaias, óleos essenciais e outros); e

b) serviços florestais - proteção (contra erosão dos solos provocada pelo vento, pela água ou outros fenômenos); valores sociais e econômicos (caça e pesca, outras atividades de lazer, tais como recreativas, esportivas e turísticas); e valores estéticos, culturais, históricos, espirituais e científicos.

Conforme a FAO (2011), os PFNM podem ser classificados em seis tipos básicos (QUADRO 3):

QUADRO 3: CLASSIFICAÇÃO DOS PFNMS

Categoria	Exemplo de material	Exemplo de uso final
Alimentos vegetais	Frutas, folhas, legumes, fungos, nozes, sementes e bagas.	Alimentos, óleos, bebidas e corantes.
Produtos alimentícios baseados em animais	Caça selvagem, insetos, mel e caracóis.	Comidas e troféus
Medicinal	Plantas medicinais, ervas e especiarias	Medicina, aromas e fragrâncias.
Forragem animal	Folhas e galhos	Forragem
Fibras	Bambu, liana e cortiça	Construção, artesanato, papel e roupas
Gomas e sucos	Latéx, borracha, gomas e resinas	Matérias-primas químicas

FONTE: FAO (2019)

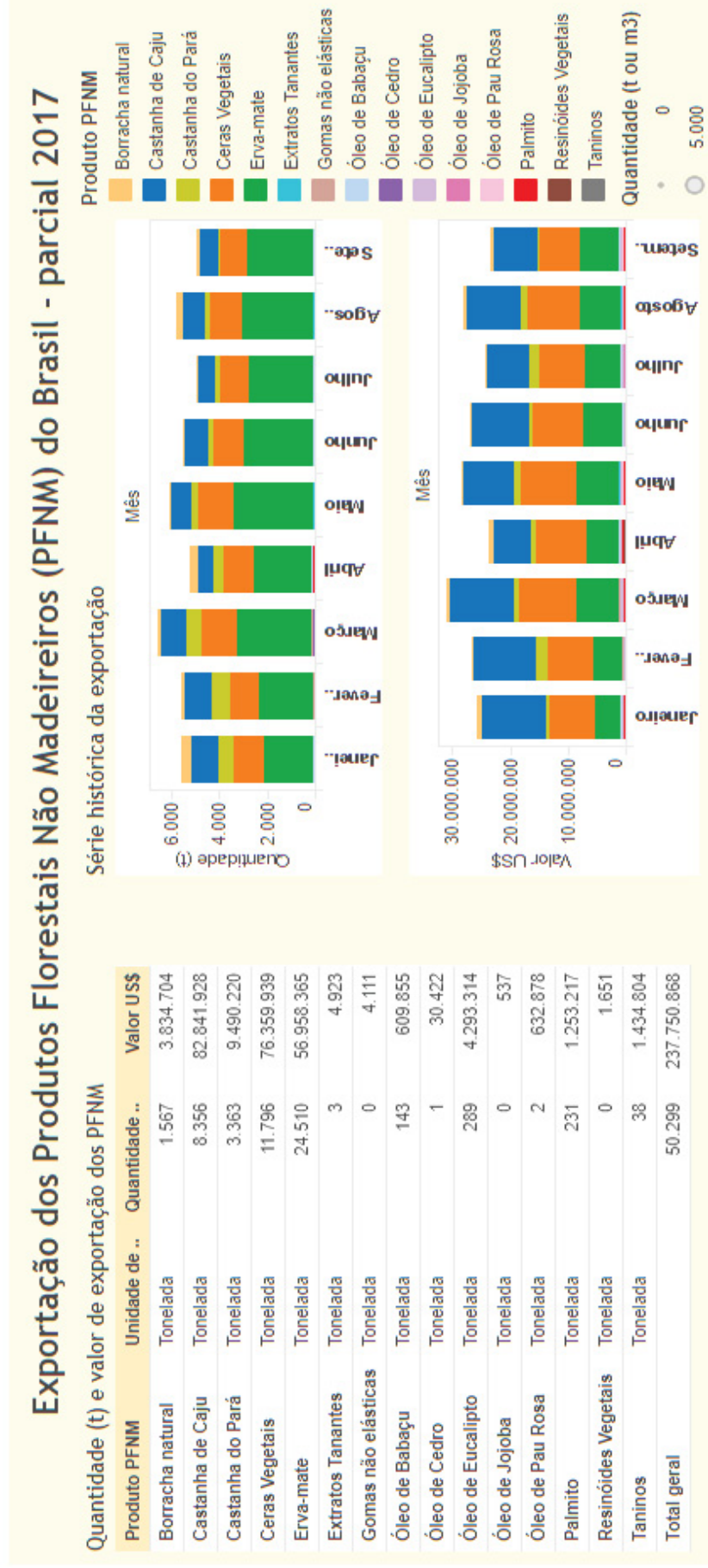
Hammet (1999) descreve que, somente em 1992, durante a UNCED, foram incluídos na Agenda 21 os PFNM como ferramenta para a busca de um equilíbrio na utilização dos recursos naturais renováveis e não renováveis, pois as reduções dos ambientes florestais originais estavam sendo drásticos, além de ter como principal objetivo o aumento da rentabilidade para as famílias em condições de vulnerabilidade social.

Os estudos da FAO (1995) mostram que a extração de PFNM permite valorizar a floresta e conservá-la em pé, sem o aniquilamento de exemplares, o que não prejudica seu beneficiamento futuro. Como indicado por FAO (2011), significativamente no estudo de caso sobre árvores frutíferas e população extrativista na Amazônia, a extração de PFNM é uma atividade fundamental para a subsistência de comunidades que estão próximas a locais provedores de recursos naturais. Contudo, a exploração dos PFNM pode não contribuir com a redução dos níveis de pobreza em comunidades próximas a regiões florestais, já que os PFNM podem significar “armadilhas da pobreza”, como indicado por Fiedler e Soares (2008), e a realidade sobre o sonho de uma vida melhor com o uso econômico desses produtos pode ser ilusória.

Santos e Milanez (2013) evidenciam que a atividade extrativista torna-se inviável, pois normalmente envolve a remoção drástica de extensas regiões naturais.

Devido a um número crescente de produtos em disponibilidade na floresta e por uma porcentagem alta apresentar dificuldades para o plantio, muitas vezes, somente os de maior demanda, interesse econômico e facilidade de cultivo são domesticados. Os PFNM utilizados em sistemas tradicionais de uso tornam-se desconhecidos perante o setor econômico, o que torna as comunidades invisíveis ao poder público mesmo que a finalidade de uso dos PFNM seja informal e para a subsistência. Como a FIGURA 1 demonstra, há uma variedade desses no Brasil que são exportados e contribuem com o PIB.

FIGURA 1: PFNM NO RAMO ECONÔMICO INTERNACIONAL



FONTE: BRASIL/MDIC (2017)

Homma (2012) defende que a atividade extrativista de PFNM é viável somente quando não há possibilidade de domesticação do produto. Apesar disso, para Anacleto *et al.* (2017), os PFNM ao serem extraídos da floresta instituem-se como alternativas para promover a conservação e alívio da pobreza nas comunidades que estão residentes em localidades próximas de áreas protegidas.

No Brasil, a temática envolvida nos PFNM teve como um de seus propulsores a realização do evento Rio 92. Neste evento, foi vinculado o conceito de sustentabilidade, cujo princípio está na ação humana, no presente, de modo que não se deve comprometer os recursos naturais e a qualidade de vida das gerações futuras. Os PFNM podem ser vias de sustentabilidade quando inseridos no Bioma Mata Atlântica, desde que, conforme definido por Sachs (2007), sejam incorporadas diferentes dimensões, a saber: sustentabilidade ambiental, ecológica, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Assim, a questão da relevância sobre a dimensão humana referente à sustentabilidade tem ganhado importância diária, e diante destes fatos. Fiedler e Soares (2008) retratam a necessidade da busca por novas alternativas de renda com base na sustentabilidade econômica para as populações locais incluídas em programas de desenvolvimento voltados ao extrativismo, beneficiamento e comercialização de PFNM.

3.2 PRODUTO FLORESTAL NÃO-MADEIREIRO: MANEJO SUSTENTÁVEL COMUNITÁRIO INSERIDO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO PRINCÍPIO PARA SUBSISTÊNCIA A COMUNIDADES RURAIS

As UC, como relata Diegues e Arruda (2001), são áreas naturais desabitadas e sob controle governamental que podem interessar aos governos por constituírem reservas naturais de grande beleza cênica de destino turístico e do chamado ecoturismo, sendo mais viáveis negociar contratos de uso da biodiversidade num espaço controlado pelo governo em que existem comunidades tradicionais, pois as UC tem impedido o desenvolver do modo de vida dessas populações, configurando um desrespeito ao seu território (DIEGUES; ARRUDA, 2001; DIEGUES, 2005).

As UC têm um custo elevado politicamente na maioria dos países ricos em biodiversidade, pois somente são viáveis com grande aporte financeiro dos países do Norte. Devido ao modelo preservacionista ter alto custo social e político ao adotar

um enfoque autoritário, imposto de cima para baixo, as comunidades locais, em sua maioria, não são consultadas a respeito da criação de uma área protegida restritiva sobre seu local de moradia (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Os autores (DIEGUES; ARRUDA, 2001) constataram que, perante à dimensão política, sem o apoio de comunidades rurais, grande parte das ações conservacionistas e preservacionistas tem efeito oposto à real conservação dos habitats e dos recursos naturais.

Do ponto de vista científico, a natureza e as sociedades estão intimamente ligadas ao processo co-evolutivo ou até mesmo em conceitos de ecologia da paisagem, ao qual a floresta conta a própria história e de sociedades antepassadas que ocuparam tais habitats mantendo e realizando a seleção artificial de espécies (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Sob o ponto de vista cultural, estudos como o de Molnar, Scherr e Khare (2004) e de Diegues e Arruda (2001) sobre conservação dos ecossistemas, indicam que a conservação das áreas naturais podem estar relacionada às práticas culturais e simbólicas de comunidades locais e não, exclusivamente, a conceitos e práticas científicas. As comunidades chamadas tradicionais, as quais os autores destacam (2001; 2004) – indígenas, extrativistas, camponeses, pescadores artesanais e outros – se modificam, sob o efeito de dinâmicas tanto internas quanto externas, mas de forma mais tardia do que nas sociedades urbano-industriais (as quais suas transformações prejudicam os ecossistemas).

Diegues e Viana (2004. p. 33) retratam que o conhecimento tradicional pode ser definido como “o saber e o saber-fazer – a respeito do mundo natural, sobrenatural – gerados no âmbito da sociedade não-urbano/industrial, transmitidos, em geral, oralmente de geração em geração”. Para estes autores, muitas sociedades têm uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Assim, para estas, existe um *continuum* entre o natural e o social e não há uma linha que divida ambos.

A forte dependência dos recursos naturais, a estrutura simbólica e os sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo fazem com que as comunidades possam ser aliadas necessárias aos esforços de conservação, já que para as mesmas a natureza não é vista como mero “recurso natural”, pois, muitas vezes, tem um valor cosmológico (DIEGUES, 2000, p. 34). Desta forma, a terra é

vista como uma comunidade à qual são pertencentes e, então, utilizam-na com respeito e ética.

Diegues e Arruda (2001) destacam que grande parte dos trabalhos realizados ainda está concentrada nos sistemas de manejo tradicionais de populações indígenas, o que reforça a necessidade da realização de estudos com outros grupos culturais. Dentre estas formas, destacam-se sistemas de uso coletivo, nos quais regras e normas especificam aos grupos sociais os mecanismos de manejo dentro da extensão da localidade comunitária, definindo espaços de coleta, de caça e de cultivo (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

O estudo da diversidade de sistemas de recursos naturais, abordados por Ostrom (1990; 2002), também é um exemplo, pois são geridos por complexos arranjos institucionais locais e nacionais. Essa abordagem, ao mesmo tempo em que evidencia que a ação coletiva permite diferentes graus de institucionalização do uso dos recursos comuns, sinaliza a ideia de que as populações próximas a regiões florestais podem ter habilidade de gerir de forma mais sustentável os recursos naturais do que o mercado e o próprio Estado.

Neste caso, consideram-se todas as alternativas possíveis de possibilidades de administração dos recursos da floresta, como produtos madeireiros e não madeireiros em conjunto, produção de alimentos, turismo, proteção da vida silvestre, água, e outros que podem ser realizados dentro de uma UC.

Uma das alternativas econômicas a populações próximas a regiões florestais é a realização do manejo sustentável comunitário de PFNM (FIEDLER; SOARES, 2008).

O manejo sustentável comunitário, de acordo com Fiedler e Soares (2008), pode ser possível por três caminhos: a) através da redução de burocracia na implementação de processos de produção de um dado PFNM; b) com o apoio da formalização de comunidades mais carentes por meio da regularização fundiária, com auxílio na área comercial e assistência direta (técnica e financiamento); e c) a luta contra a informalidade predatória através da transparência dos processos, por definição planejamentos estratégicos e mediante uma penalização de infringentes (FIEDLER; SOARES, 2008).

Como relatado pelos autores (2008), o sucesso ou fracasso do manejo de PFNM comunitário depende de uma variedade de situações legais e institucionais,

por exemplo, direitos de propriedade, direitos de uso, força institucional e capacidade empresarial. Assim, pode-se prever que o mero acesso a uma região com recursos naturais em abundância e a seus produtos é insuficiente para a descrição de um resultado satisfatório ao manejo florestal comunitário e o sucesso na minimização da pobreza no meio rural.

Os PFNM podem ser geridos de forma sustentável, desde que seja realizado um planejamento em longo prazo. Peters (1997, p. 05) sugere algumas questões a serem pré-analisadas para a promoção do planejamento ao manejo dos não madeiráveis: a) qual o impacto ecológico atual quando da exploração de quantidades comerciais de produtos não madeireiros da floresta tropical?; b) algumas espécies ou recursos são mais resilientes durante à exploração contínua do que outros?; c) o que pode ser feito para minimizar estes impactos?; e d) que tipo de atividades de monitoramento, práticas de manejo e técnicas silviculturais podem ser utilizadas para assegurar que os recursos não sejam aniquilados?

Corroborando com esse raciocínio, Sabogal (1997) parte do princípio que qualquer intervenção de manejo pode causar certo impacto no ecossistema florestal. Dessa forma, a atividade deve ser planejada em longo prazo para minimizar os mesmos e assegurar os benefícios que as florestas proporcionam. Portanto, tanto Sabogal (1997) quanto Braz (1997) citam passos para a realização adequada do manejo dos produtos não madeireiros, sendo eles: a) pequena complexidade de processamento dentro da floresta; b) possibilidade de comercialização em escala de mercado; c) sustentabilidade dos recursos a partir do tripé básico: social, ambiental e econômico; d) possibilidade do desenvolvimento de técnicas adequadas de manejo dos recursos considerando taxa de extração, compartimentalização e outras específicas de acordo com a espécie; e e) manejo adaptado às características da floresta e de sua população inserida.

A busca de opções de sistemas de manejo junto ao pequeno e médio produtor e de populações ao redor da Mata Atlântica podem é uma alternativa que pode ser inserida para o manejo florestal dentro da UC. O zoneamento a partir das variáveis florestais, a existência de área de extrativismo, os moradores que circundam a floresta, custos do manejo, desde a etapa de planejamento até os tratamentos silviculturais, como definido por Braz (1997) são elementos fundamentais para uma construção efetiva.

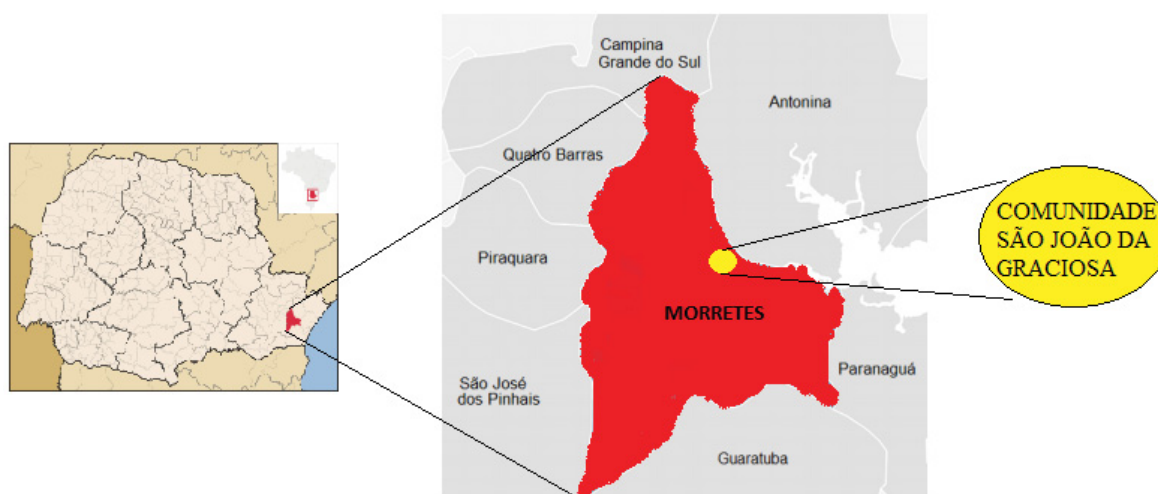
Os dados sobre os aspectos referentes ao conhecimento botânico, genético, distribuição e densidade das espécies são necessários para a definição da espécie a ser manejada (WICKENS, 1991). O contato com as comunidades residentes próximas às áreas florestais sobre o conhecimento da biodiversidade é fundamental para que os PFNM sejam de fato alternativas viáveis para a promoção do desenvolvimento territorial. O manejo sustentável de produtos da floresta vem sendo utilizado por várias comunidades locais, dado que estes produtos contribuem na rentabilidade familiar e reestabelecem uma relação saudável entre o ser humano e a natureza, como indicado por Gonçalves (2001), Vitkosk (2007) e Mota *et al.* (2011).

4 METODOLOGIA

4.1 LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi conduzida na Comunidade de São João da Graciosa, localizada entre o Parque Estadual da Graciosa e o Ekôa Park, Morretes - PR (FIGURA 2).

FIGURA 2: MAPA DA COMUNIDADE DE ESTUDO – MORRETES, PR



FONTE: Adaptado de IPARDES (2018)

A localidade foi escolhida por contemplar predominantemente pequenas comunidades rurais, de unidade familiar, das quais três famílias foram selecionadas para o presente estudo. O motivo da escolha se refere à falta de informações relacionadas aos saberes locais de extrativistas na região, assim como a condição do bairro em São João da Graciosa, onde no século XVII, um PFMN - erva-mate - transportado do primeiro planalto do Paraná (NADOLNY, 2014) - ter sido a principal fonte econômica de diferentes famílias nesta região. Na primeira metade do século XIX, devido às facilidades de transporte e de força motriz oferecida pelo rio, Morretes passou a abrigar engenhos hidráulicos de beneficiamento de erva-mate - produto que assumira grande importância no mercado internacional, devido a problemas de ordem política na região paraguaia (PARANÁ, 2006). A erva-mate era colhida em Curitiba e arredores e transportada em forma bruta, em lombos de burros pelos caminhos do Arraial e Itupava, até chegar no distrito de Porto de Cima

(localidade atual de São João da Graciosa) em Morretes e ser cancheada (processo de beneficiamento) (SCHIMINSKI, 2010).

4.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada conforme as temáticas da revisão de literatura: DTS, Mata Atlântica, PFNM, extrativismo e Teoria dos Sitios. Nesta pesquisa pretendeu-se abordar o PFNM e a realidade da comunidade rural que atua com recursos da floresta para a subsistência. Definida como descritiva (TRIVIÑOS, 1987), foram estudadas as ações dos atores a partir de determinados teóricos (QUADRO 4).

QUADRO 4: INDICATIVO DE ESCOLHA TEÓRICA E AUTORES

Universo da pesquisa	Estudo de caso	Temas	Descrição e autores
Extrativistas de PFM	Comunidade São João da Graciosa (Morretes - PR)	Ecodesenvolvimento	Ecodesenvolvimento e administração consciente dos recursos naturais (SACHS, 1986; 2000; 2002; 2007; 2009)
		Recursos Territoriais	Recursos que avançam na construção do território (PECQUEUR, 2005; 2012).
		Teoria dos Sítios	Relação entre cultura, ambiente e natureza, contexto de utilidade e sentimento imaterial –Teoria do sítio (ZAOUAL, 2003; 2006);
		Mata Atlântica	Histórico/ fauna e flora (TONHASCA, 2005; (COLONELLI, 2010). Exploração de recursos florestais (SIMOES & LINO, 2002). A história de devastação da mata atlântica (DEAN, 1997).
		PFNM	Conceito e classificação (FAO;1994; 1995)
		Extrativismo	Extrativismo (coleta x aniquilamento) (SIMOES E LINO, 2002). (HOMMA, 2012)
		Perfil de comunidades rurais no litoral do Paraná	As sociedades tradicionais como grandes depositários de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica hoje conhecida pela humanidade (DIEGUES, 2001; 2004).
	Manejo dos recursos naturais	Manejo e gestão da biodiversidade por comunidades (GOMEZ-POMPA & KAUS, 1992); (DIEGUES, 2001; 2004); Manejo comunitário de PFM (FIEDLER & SOARES, 2008) Perspectiva extrativismo como conformação da vida social (GONÇALVES, 2001; WITKOSK, 2007; MOTA <i>et al</i> , 2011).	

FONTE: A autora (2020)

De cunho qualitativo (MINAYO, 1992), a pesquisa buscou determinar em que sentido os atores, no caso, os membros da comunidade local, destinavam a sua ação, assim como pretendeu desvelar os diferentes aspectos subjetivos, como valores, crenças em torno da atividade extrativista.

A pesquisa consistiu em um estudo de caso (YIN, 2005) realizado na comunidade rural São João da Graciosa, Morretes - PR, que compreende famílias que realizam o extrativismo de PFMN como fonte de reprodução social. Considerou-se, para a definição dessa comunidade, o fato de existirem famílias cujas rendas fossem compostas de parte ou integralmente do extrativismo de PFMN.

A coleta de dados se deu por uma entrevista semiestruturada (GIL, 2008) para a comunidade, com perguntas fechadas, identificação ou classificação, e abertas, concedendo ao entrevistado a possibilidade de falar mais livremente sobre o tema proposto. A entrevista consistiu de perguntas referentes a informações ligadas à escolaridade, idade, gênero, atividades extrativistas, consciência ambiental, relação sociedade-natureza, compreensão das ações conservacionistas, histórico de uso da espécie, descrição das atividades produtivas, bem como quantidades extraídas (APÊNDICE B). Todas as entrevistas foram precedidas pela leitura e concessão do termo de consentimento individual (APÊNDICE A). Durante a entrevista, as respostas foram registradas com o uso de gravador. Como referência para as entrevistas foi utilizado um informante qualificado, em geral representado pelo proprietário ou “chefe” de família, que, no caso, era predominantemente do gênero masculino, conforme tradição do meio rural local. Em alguns casos de ausência, o informante qualificado foi substituído pelo gênero feminino.

Após a aplicação das entrevistas, alguns entrevistados foram acompanhados em suas atividades de extrativismo dos PFMN. Posteriormente, o tratamento dos dados foi feito em planilha e nos softwares previamente citados, que auxiliaram em uma análise de conteúdo de acordo com Bardin (1977). As espécies de PFMN descritas foram identificadas a partir da literatura existente, por meio de comparações entre o nome popular, foto e a citação para uso. Foram verificados o Livro vermelho da flora ameaçada do Brasil (MARTINELLI; MORAES, 2013), Catálogo de plantas e fungos do Brasil (FORZZA *et al.*, 2010) e de Espécies Nativas da Flora brasileira potenciais para a região Sul (CORADIN; SIMINSKI, 2011).

4.3 MÉTODO DE ANÁLISE PARA TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados foram tabulados em planilha específica e sua análise foi apoiada pelo software *ATLAS.ti*. A codificação (temas e tópicos) não foi executada de forma

autônoma pelo software, mas dependente da indicação do pesquisador e também concomitante pelo padrão da Análise de Conteúdo. A organização ocorreu conforme a descrição de Nunes *et al.* (2017):

a) leitura dos textos por entrevistado: se deu através da organização por pergunta para facilitar a codificação manual de diferentes tópicos dentro de uma única questão.

b) desenvolvimento de um esquema de codificação manual: através da lógica indedutiva, as categorias de análise foram elencadas anteriormente e posteriormente a coleta, sendo extraídas dos dados (QUADRO 5).

QUADRO 5: CODIFICAÇÃO POR CATEGORIA TEMÁTICA NA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Categoria (temas)	Subcategoria (tópicos)
Saberes locais	Saberes sobre a perspectiva ambiental, as UCs e atos de conservação; Saberes visto como instrumento mediador em torno dos PFNM;
Recurso territorial	Os recursos vistos como matéria prima;
Pertencimento	Sentimento de pertencimento em relação ao meio;

FONTE: A autora (2020)

c) codificação envolvendo indexação versus redução de dados: consistiu em selecionar partes importantes, padrões repetidos e fazer associações, dentro de um conjunto de dados volumosos (por exemplo, o agrupamento de todas as respostas sobre a questão 1 e posteriormente agrupamento em tópicos (subcategorias) e temas (categorias).

d) busca por semelhanças ou diferenças dos dados. A busca por semelhanças ou diferenças consistiu na revisão dos códigos quanto a sua adequação às categorias da análise. Deu-se importância aos códigos mais frequentemente citados. Em alguns casos, uma contribuição individual, que se diferencia das ideias comuns, foi incluída como relevante para a análise. Esse mapeamento de códigos (tópicos)

identificados (FIGURA 3) estruturou a organização das falas em temas para sua análise posterior.

FIGURA 3: DEMONSTRAÇÃO DAS FRASES DISPOSTAS EM TÓPICOS CODIFICADOS EM ÁRVORE DE CÓDIGOS NO ATLAS.ti

The screenshot shows the ATLAS.ti interface. On the left, a tree of codes is visible, with the selected code being "Os recursos em relação às práticas de coleta; (16-0)". On the right, a window titled "Pesquisar Citações" displays 16 citations for this code, each with an ID, a name, and start/end times.

ID	Nome	Iniciar	Fim
1:8	o lugar que tira ela(tronco podre) nasce um monte de arvore, não pode...	856	1286
1:13	se tiver 100 a gente tira 10 o verde a gente não tira, a gente cuida,...	3434	3609
1:15	a gente vai em 2 ou 3 as vezes 1, mas em um é perigoso, é bom ir dois...	3952	4094
1:17	igual o cipó, quando a gente olha tem a mãe do cipó e a gente ve de lo...	4489	4622
1:29	essa tera que sobra tem qu e misturar com terra	6355	6402
1:32	é gostoso colher do 'pé pra comer	6969	7001
1:35	eu gosto de tudo mais eu gosto, eu adoro orquidea, eu não sei pesquisa...	7407	7621
1:46	a gente não rouba nada de ninguém a gente pede pro dono, a gente paga...	9368	9690
1:63	aprendemos pegando madeira podre, ai a gente escolheu e acho essa	117...	118...
2:3	tem um Cipó, que a gente tira para vassoura, mas ele é tirado por um p...	599	736
2:4	Eu não posso entrar toda época do ano e cortar ele. Ele precisa se ref...	738	917
2:5	É outra coisa que a gente usa da floresta, por exemplo, a madeira caja...	921	1356
2:6	Esse, do coqueiro aí, das Palmeiras, ela solta um, aquela casca são u...	1425	1605
2:7	assim, época é feita em julho, daí de agosto, setembro, outubro, nove...	1607	1716
2:8	Entendeu? Então quer dizer é a coleta consciente no caso.	1718	1774
2:9	ele não só é usado para vassoura, como ele é usado para tecer rede, te...	1800	1982

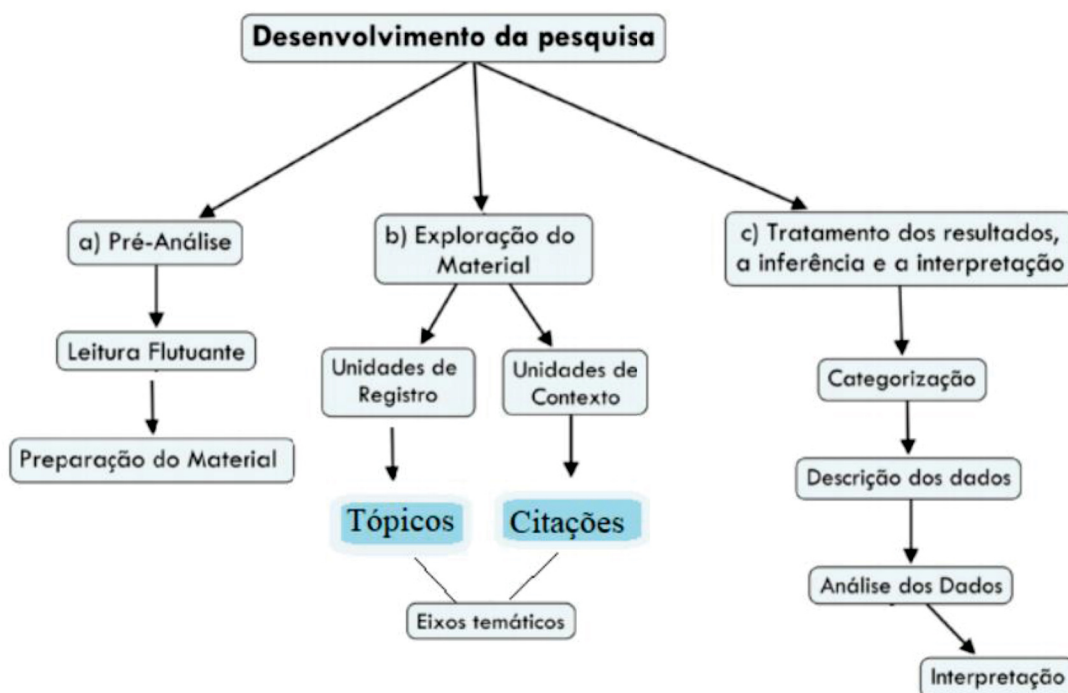
FONTE: A autora (2020)

LEGENDA: No exemplo utilizado, a codificação (tópico) está denominada à direita, em círculo vermelho, como "Os recursos em relação às práticas de coleta", para os quais se apresentam na esquerda 16 citações dos entrevistados.

Posteriormente à codificação, esses tópicos foram organizados, reorganizados em novos tópicos e inseridos de acordo com as categorias, sendo somente "saberes locais" e "recurso territorial" estabelecidos previamente, conforme (QUADRO 5), e "pertencimento" estabelecido perante os dados.

Ressalta-se que antes de codificar, foram incluídas as respostas inteiras ao código para o conceito ser codificado. Foi verificado os códigos observando a consistência e a omissão através da geração automática de um gráfico de palavras representando visualmente o arranjo dos temas e assuntos. O gráfico mostrou a necessidade de criar novos códigos e sintetizar outros para ajustar e simplificar a codificação inicial, demonstrando se as passagens ligadas a um mesmo código eram suficientemente semelhantes ou estavam omitidas. Se deu importância aos códigos mais frequentemente citados, especialmente as perguntas abertas. O mapeamento de famílias e códigos identificados estruturou a análise, ou seja, a organização dos dados qualitativos sofreu gradativos aperfeiçoamentos. A FIGURA abaixo demonstra um resumo da metodologia aplicada:

FIGURA 4: DEMONSTRAÇÃO SIMPLIFICADA DA APLICAÇÃO METODOLÓGICA



FONTE: A autora, 2020.

4.4 TÉCNICA PARA ANÁLISE DOS DADOS

Após a transcrição das entrevistas, a análise dos dados, concomitante ao tratamento dos dados, foi feita com base em um conjunto de princípios e práticas sobre a análise de conteúdo a partir de Bardin (1977) (QUADRO 6):

QUADRO 6: CATEGORIAS E CRITÉRIOS ANALÍTICOS

Fase 1: Pré análise	<p>a) Cada entrevista foi transcrita individualmente;</p> <p>b) A imersão nos dados se deu por parte de uma leitura flutuante à medida que foram transcritos.</p> <p>c) O acompanhamento dos dados incluiu uma atividade reflexiva juntamente com notas analíticas que guiaram o processo;</p>
Fase 2: Exploração dos materiais mediante codificação	<p>d) Os dados foram segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas. De acordo com cada resposta foram codificadas informações descritivas.</p> <p>e) Os segmentos de dados foram categorizado em temas (categorias) estabelecidas anteriormente a análise dos dados, no entanto, posteriormente também as categorias surgiram (QUADRO 6).</p> <p>f) Os tópicos foram realizados durante a transcrição. Nessa etapa para a escolha dos tópicos foi questionado: Que tópicos ou conteúdos estão a ser discutidos nesta passagem? É sobre quê? Fala de quê?”. Os tópicos foram comparados em sua similaridade e contraste (QUADRO 7).</p> <p>g) Os segmentos dos dados foram recategorizados nos tópicos e posteriormente foram postos em grandes temáticas após todas as entrevistas codificadas.</p>
Fase 3: Critérios para a produção interpretativa das categorias	<p>h) A análise terminou quando os dados estavam no nível de saturação. Trata-se de um critério que permitiu estabelecer a validade de um conjunto de dados pela ausência de elementos novos. Ao longo do processo de análise, a alocação dos temas categoricos em um quadro amplo permitiu encontrar a regularidade das informações nas entrevistas.</p> <p>i) O resultado da análise foi organizado considerando a frequência, a consistência e a coerência das respostas de acordo com as experiências e narrativas pessoais dos participantes.</p> <p>j) A finalidade da análise, além de descrever por codificação categórica em temas e tópicos, foi promover a explicação dos dados através da reflexão pessoal do pesquisador. Nessa etapa, as questões após a categorização agrupada foram: Que temas e ideias emergem daqui? Por que é que isto é interessante? Por que é que eles disseram isto? Trata-se de buscar memória de sentidos que estão relacionada sobre a realidade do ator.</p> <p>k) A principal ferramenta intelectual foi a comparação com os próprios dados, com dados de outras pesquisas relacionadas ao saberes, PFNM e extrativismo. E também com o aporte da revisão de literatura. Desse modo, chegou-se a compreender e mostrar como os dados produziram o efeito de sentido em relação as interpretações adquiridas.</p>

FONTE: A autora (2020)

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE COLETORA

Os representantes das três famílias entrevistadas (FIGURA 5), coletoras de PFM no interior da floresta, em São João da Graciosa, tinham em média 62 anos de idade. Destes (N=6), metade era nativa do município de Morretes e todos estavam há cerca de 41 anos na região.

FIGURA 5: COMUNIDADE COLETORA DE SÃO JOÃO DA GRACIOSA



FONTE: A autora, 2020.

Dentre eles, 50% eram do gênero feminino e 50% do gênero masculino, 100% casados. A comunidade é formada por famílias numerosas, em média 30 pessoas, contando com os filhos, netos e bisnetos, sendo que sua organização social se baseava no parentesco. Parte dessa população entrevistada (N=4) possuía

como fonte de subsistência a atividade agrícola, sobretudo o cultivo de mandioca, banana e árvores frutíferas. Somente 33% dos entrevistados concluíram o ensino médio, o restante não completou o ensino fundamental. A força de trabalho predominante nas famílias extrativistas é a mão-de-obra familiar. Nenhuma família entre as pesquisadas possui máquinas e equipamentos, como tratores e implementos agrícolas, dispondo apenas de instrumentos pequenos, como enxadas, foices, facões e materiais para o pós-processamento do extrativismo. Esses aspectos confirmam o que Balzon, da Silva e dos Santos (2004) identificaram: a totalidade de extrativistas realizava cultivo agrícola em pequena escala e possuía baixa ou nenhuma escolaridade, fator que tornava frágil a instrução quanto ao mercado, tecnologia e subsídios financeiros.

A atividade extrativista na comunidade prevaleceu entre os mais velhos. Diante da coleta, as três famílias trabalhavam separadamente. As mulheres, em sua maioria, auxiliavam na prática, seja no pré ou pós-processamento do não madeirável. Essas práticas, no entanto, não dependiam exclusivamente do meio natural, mas de formas de organizações produtivas entre as mesmas, sendo comum entre os extrativistas realizar a coleta em terras de terceiros com a anuência dos proprietários, demonstrando uma relação construtiva entre si.

Todos os entrevistados demonstravam o propósito de cuidar dos arredores, assim, reflorestaram boa parte do bairro, plantaram plantas nativas, como o palmito (*Euterpe edulis*) e outras. As casas da comunidade foram construídas pelos próprios moradores, com o auxílio dos filhos. Os filhos ajudavam na coleta, mas não tinham participação fixa na atividade como os pais. Seguiram destinos profissionais diferentes, seja na construção civil, como pedreiros, seja como chacreiros ou empresários e carpinteiros, compartilhando um aspecto em comum: a migração dos jovens para as cidades vizinhas, fato justificado pelos entrevistados sobre a falta de oportunidades de trabalho e acesso ao lazer no local. Em destaque aqui também é possível abordar a falta de apoio à cultura local e de condições que garantissem a permanência e acesso aos direitos de qualidade desses jovens. Os PFNM, como a cajarana e o cipó imbé, eram a principal fonte de renda de duas das famílias entrevistadas, de modo que as fontes secundárias provinham de serviços com cunho de mão de obra, como o de roçada e do comércio turístico.

No entanto, o turismo sazonal, exercido principalmente na época de veraneio e finais de semana, gerava uma fonte econômica que terminava na estação turística. Embora os entrevistados indicassem que o turismo trouxesse benefício ao lugar, também percebiam essa atividade de forma prejudicial, pois o consumo no comércio local era insatisfatório.

Além disso, os esportes de aventura que ali eram praticados, como os desafios de ciclismo e campeonatos de rally tornaram-se um empecilho para a atividade laboral da comunidade local, uma vez que a área na qual os esportes eram praticados era isolada. Isto limitou o acesso da comunidade local que poderia apresentar seus produtos até mesmo para os turistas estrangeiros que iam à região atraídos por esses esportes. Tal situação indicou um turismo convencional apenas para a valorização da natureza, sem a inserção do homem no processo de consumo, não caracterizando, portanto, um desenvolvimento territorial sustentável na busca de inserção social e econômica que entrelaçasse a justiça social, equidade e participação da sociedade (SACHS, 2007d).

Por outro lado, o Turismo de Base Comunitária (TBC) apresenta potencialidades no local em análise e pode ser uma opção a ser adotada por essas famílias e os pequenos proprietários rurais, por ter uma característica de valorização dos termos culturais, ambientais com disposição de vínculos simbólicos e territoriais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Esse modo de gestão dos recursos naturais pode ser atrelado ao TBC na comunidade estudada, pois confirma o que Zaoual (2006) argumenta sobre a diversidade de soluções existentes nas economias locais, em que as relações simbólicas permeiam as econômicas e vice-versa, configurando assim iniciativas enraizadas, típicas dos sítios simbólicos de pertencimento. No Brasil, esse turismo apresenta em comum as lutas sociais, pela conservação dos recursos biológicos, pela terra, direito, memória cultural e por educação de qualidade, no entanto, é um processo que precisa ser assimilado pela comunidade (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

A associação da comunidade, de moradores e comerciantes está sendo no presente criada. Ainda não possuíam um local fixo, mas já haviam sido realizadas aproximadamente quatro reuniões. Abaixo um trecho da entrevista:

“Tá meio fraco, to montando com o Geniel lá, lá que éo cabeça e a mulher dele a Geiza. Nós tamo pra monta, sabe? Já tivemo 3 reunião, 4 reunião. O povo não se interessa, né? É o povo que faz a força. Agora, dois, três, quatro, cinco, daí num... De morador e comércio, ne? (Tipo de associação). O Geniel meu sobrinho, que nem ele falo (...) quanto mais gente, mais melhor. Senão tivé quantidade, não tem força, né!?” (E05, 2019. Os nomes citados nas entrevistas foram modificados, 2019)

Os coletores perceberam a existência de burocracias na associação, mas reconheciam a necessidade para findar uma união e a busca por melhorias. Os problemas de saúde são particulares na área, devido à inexistência de postos de saúde. Por esse motivo, na necessidade de atendimento médico, a comunidade se desloca 15 km para o centro urbano. A associação⁸ poderia contribuir com a organização produtiva, inserção satisfatória de preços ao mercado de seus produtos e reivindicações comunitárias no quesito saúde, educação e outros.

Nesse sentido, após a criação da associação o apoio dos atores locais torna-se essencial para a viabilidade dos PFNM no mercado quanto à sua contribuição para a ecologia florestal e liberdade substantiva dessas instituições, mostrando-se primordiais as estruturas participativas ao planejamento e gestão para a criação de atributos territoriais (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

Sendo assim, as práticas extrativas dessa comunidade apresentam um enfoque que introduz como fator decisivo o reconhecimento das particularidades do local, do grupos sociais que aí vivem e trabalham, das iniciativas de negociação que, quando reconhecidas a partir de pluralidade de interesses e os conflitos presentes, apontarão para novas construções do que se entende por interesse comum, por interesse público, reforçando a economia local e favorecendo o interesse do comprador quanto do coletor.

⁸ No artigo de Sena, Sena & Filho (2017) o papel da Associação para o Desenvolvimento local e sustentável é explicado mais profundamente. SENA, T. M.; SENA, T. M.; FILHO, L. G. S. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

5.2 CATEGORIA SABERES LOCAIS

5.2.1 SABERES SOB A PERSPECTIVA AMBIENTAL: AS UCS E ATOS DE CONSERVAÇÃO

O saber ambiental reconhece as identidades dos povos, suas cosmologias e seus saberes tradicionais como parte de suas formas culturais de apropriação dos recursos biológicos (LEFF, 1998 p. 62). Porém tornou-se notório que órgãos ambientais não se fazem presentes num ambiente cuja demanda é evidente, pois devido a coleta ocorrer em UC de proteção integral o apoio desses órgãos mediante a uma coleta sustentável é necessária. Nenhum dos entrevistados participou de cursos voltados a boas práticas de coleta ou relacionado aos produtos extraídos em si, de modo a conhecer melhor tais PFNM. Além disso, não há iniciativa por parte dos órgãos ambientais no intuito de ministrar cursos e abordagens sobre as UC, ainda que alguns de seus produtos (como a cajarana) já tenham sido apreendidos pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O trabalho de Ferreira *et al.* (2011) corrobora com essa situação, pois os autores notaram que as autoridades estão distantes da realidade dos extrativistas, criando uma situação de conflitos ambientais por meio de um estado regulatório e de sancionamento. Demonstraram que a falta de políticas públicas e de comunicação entre os órgãos e os coletores deixa estes últimos em estado de vulnerabilidade (FERREIRA *et al.*, 2011). O apoio institucional se tornaria importante para a continuação da atividade, como no caso do extrativismo da *Pimenta pseudocaryophyllus* (cataia) em que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) apoiam a comunidade na atividade de coleta, no sentido de realizar um cadastro formal de autorização para o extrativismo (D'ANGELIS, 2015). A presença deste apoio poderia contribuir com a estrutura e organização comunitária dos entrevistados.

Diante disso, a visão do ambiente e os nossos interesses próprios no que se refere ao seu uso futuro precisam passar por um processo de reflexão. Até o momento, um componente-chave da perspectiva ambiental, como é o caso desses coletores entrevistados, está sendo mantido à mercê tanto das políticas conservacionistas quanto do ensino. Faltam essas perspectivas, das camadas de

base da pirâmide, ante o conceito de conservação científica. Perante a entrevista, pode se perceber a ética e o respeito ao que é natural: “o pessoal respeita muito a floresta aqui, o litoral é tudo respeitado. Lá do Amazonas, lá do Mato Grosso que não repeita, eles estão devastando tudo (E05, 2019).”

No que tange ao ecodesenvolvimento (SACHS, 2007d), as especificidades como o contexto histórico e cultural, o contexto ecológico e o institucional desses coletores deveriam ser prioritárias. No entanto, a criação de uma UC, por exemplo, é capaz de gerar um ambiente de tensão no meio rural, principalmente quando ocorre uma desinformação sobre o significado dessa área de proteção, tal qual pode ser percebido no transcrito abaixo:

Acho que tem que ter um limite, né. Preservar é bom, né, pra turma não desmatar à toa, mas tinha que se unir com o povo, pra dizer o que pode e não pode tirar né. Dizer: - Olhe, ande em tal lugar que pode tirar, onde é mata virgem, da capoeira não pode. Porque tem mato que eles pegam, que é planta, aí eles não podem pegar, o que é deles, eles não deixam tirar. O medo disso aí é eles tomar as terras, né, é uma ONG (E06, 2019).

O relato evidencia a relação da UC com a prática de coleta, sendo que nesse quesito o entrevistado também abordou que teve contato com a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e o abordaram sobre a proibição da coleta da cajarana. No entanto, estes mesmo se perguntavam: “como podem proibir uma madeira em decomposição?. E do que a gente vai viver, se não há emprego nesse lugar?. Destaca-se que o papel da ONG é orientar a população diante de situações ecológicas, otimizar as políticas públicas, inovar nas soluções de problemas, dentre outros, que atendam a necessidade da sociedade e, não sobrepujar esta realidade. Já a da UC é de proteger e conservar os recursos naturais de acordo com seus limites definidos. Assim, ela protege e salvaguarda o patrimônio biológico, no entanto, há conflitos de territórios definidos onde as comunidades que salvaguardam a natureza e praticam o extrativismo sustentável ali o habitam, e que, muitas vezes não são contactadas sobre a implementação da mesma. Logo abaixo o entrevistado relata a forma de extrativismo sustentável:

Hoje o que eu posso tirar aqui dessa floresta. Por exemplo, tem um cipó, que a gente tira para vassoura, mas ele é tirado por um período só. Que são

feitas aquelas vassoura ali ó, vassoura de cipó. Entendeu? Eu não posso entrar toda época do ano e cortar ele. Ele precisa se refazer, ele precisa se recompor. Então eu posso usar ele, o cipó eu posso. Mas tem que usar da forma correta, né (E01, 2019).

Ressalta-se que entre as atividades econômicas mais importantes, além do extrativismo do cipó vassoura, prevalece entre os coletores a do artesanato especializado em uma madeira em decomposição, chamada de cajarana. Como pode ser observado na FIGURA 6 a seguir:

FIGURA 6: MADEIRA CAJARANA RETIRADA DA FLORESTA QUANDO A ÁRVORE SENESCE



FONTE: A autora (2020)

Todos os coletores (6), no presente, coletam cajarana; (4) tanto cipó imbé quanto cipó peva; (2) coletam bainha de palmeira; no passado, (2) coletavam tanto cipó imbé quanto peva; enquanto (2) coletavam guaricana. De todas essas práticas, ressalta-se aqui que a de cipó imbé, cipó peva é uma prática reclinada por parte dos

entrevistados, sendo que a guaricana⁹, foi devido a infestação de insetos e doenças como a malária e antigamente era utilizada para uso doméstico em telhados, como segue o trecho abaixo:

“Fazia de cipó. Cipó Imbé. Cipó vassoura (artesanato). E fazia muito também de guaricana, de palha, “aquela ali ó” (indicando a palmeira). Daí dobrava bem e punha assim em uma coisa de bambu. E fazia as telha para cobrir a casa assim. Mas dava muita barata. No calor vuava. Aí a malária vinha (E04, 2019).

Estes fatos revelam uma realidade adiante das sociedades tradicionais, pois as não tradicionais também podem ser dependentes dos recursos naturais para a subsistência. Além disso, contribui ao que Diegues (1999; 2005) retrata quanto à implantação de uma UC, que, muitas vezes, é realizada de forma tecnocrata, sem a consulta da população local, partindo do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora (DIEGUES, 1999). Este retrato é incompleto e insuficiente para defrontar o complexo contexto dos esforços conservacionistas, no nosso país e fora dele, negligenciando as percepções e as experiências das populações rurais, pessoas que têm as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta antes de tudo como “professor” e provedor (GOMES-POMPA; KAUS, 2000). Ao se desconsiderar os coletores que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas, tomadas em cenários urbanos e referentes ao uso dos recursos naturais, gera-se o quadro de insegurança retratada pelo medo dessas populações, que dependem desses recursos do direito de ali permanecerem.

Mesmo o Salto do Morato sendo uma UC e a SPVS uma Organização não Governamental (ONG), está não foi citada pelos entrevistados como UC. Infelizmente cerca de 5 dos coletores relataram o desconhecimento do que seria uma UC, o salto do Morato (sendo uma UC) foi citado por 1 dos coletores e SPVS por 2 (sendo uma ONG). Ambas UC e ONG são pertencentes à região de Guaraqueçaba e Antonina. Logo, mesmo Morretes tendo cerca de oito UC, a única

⁹ No litoral do Paraná, em 2014, foi criado o Parque Nacional de Guaricana, com 49.300 ha, com os objetivos de garantir a preservação de remanescentes de floresta ombrófila densa e floresta ombrófila mista, incluídos flora, fauna, recursos hídricos e geológicos, geomorfologia e paisagens naturais associadas (UC, 2019).

citada foi a APP-Marumbi por cerca de 1 dos entrevistados, de modo que 5 dos entrevistados as desconheciam no município.

Embora 83% (N=6) relatassem que as UC são importantes para a preservação e conservação da floresta, os entrevistados desconheciam estar próximos a elas. As UC se mostram não serem soluções universais para a proteção e conservação dos recursos territoriais, pois a população local também precisa participar desse processo. Em destaque, 100% dos entrevistados elucidaram o aspecto de conservação da natureza em suas práticas extrativas. O estudo de Molnar, Scherr e Khare (2004) evidenciou que as comunidades locais são responsáveis pela proteção de recursos naturais estratégicos em todo o globo, indicando que em torno de 450 milhões ha ou 11% das florestas globais estão legalmente sob a propriedade ou administração de comunidades, em 22% dos países em desenvolvimento.

Corroborando com o afirmado, esse modo de vida que tem se mantido em dependência dos recursos naturais foi percebido na fala dos entrevistados (E) 04, 05 e 06:

Tem um cipó que a gente tira para vassoura, mas ele é tirado por um período só (E04). Eu tirava cipó, eu fazia vassoura, trabalhava com cipó, mais *nunca* tirava tudo o cipó, só aquilo que eu iria usar, se a gente *não* tirar tudo sempre vai ter, aí a gente vai lá e tem, a gente não pode *acabar* com tudo de uma vez só, tudo que tem aqui na minha chácara foi eu que plantei, tudo saiu da minha mão (E05); A gente tem que *cuidar* pra não abrir trilha, porque *não* precisa abrir pra ir lá buscar ela¹⁰, no mato já é cheio de trilha (E06);

Diante das falas, a definição de "culturas tradicionais" é importante. Diegues (1994, p. 48) levantou que nessas culturas tradicionais os sistemas de manejo dos recursos do território são normalmente marcados pelo respeito aos ciclos naturais, abarcado pelo reconhecimento da capacidade de recuperação das espécies da flora e fauna utilizadas. Diante disso, esse sistema tradicional de manejo elencado pelo E06 e E05, quando abordam sobre o cipó imbé e o cuidado em não reabrir trilhas, vai além do aspecto de exploração econômica dos recursos territoriais, demonstrando a vivência de seus saberes adquiridos pela tradição herdada dos

¹⁰ Nesse momento o entrevistado (E06) estava relatando sobre a prática de coleta da cajarana.

antigos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas (DIEGUES, 1994).

No entanto, não se pode afirmar que necessariamente essas práticas eram conservacionistas, sem conhecer em profundidade os recursos naturais utilizados nem ser levado em conta que essas práticas faziam com que o meio estivesse em equilíbrio. No entanto, esses coletores como frutos de uma pequena porção acentuavam o pertencer ao que é natural, tendo um profundo conhecimento dos sistemas ecológicos. Nestes, por não estarem vinculados à economia capitalista de mercado, observou-se que o grau de conservação indicado foi muito maior do que quando comparado às sociedades urbanas industriais. Dos entrevistados, 50% abordaram a prática de cortes de madeira que ocorreram na floresta anteriormente à década de 1970 e citaram o palmito juçara (*Euterpe edulis*) como planta que “não veem mais”. Do total 50% lembraram da situação da Amazônia e sua devastação quando comparada ao litoral e às suas práticas de coleta mais conscientes do que a desses desmatamentos. Um dos relatos aborda sobre o reflorestamento e a floresta intacta “tudo que tinha nesse lugar ainda existe, aqui tem muito pássaro, ai eles faz reflorestamento, aqui mesmo tem bastante jacu” (E01, 2019). Conforme o relato abaixo, o coletor demonstra conhecimento de devastação na floresta atlântica:

Tem gente que derruba todas as árvore, derruba uma e vai caindo todas, é que tem aquele cipozão, o cipó agarra em uma árvore e vai fazendo tudo aquela derrubada. Principalmente em morro e serra (E5, 2019).

Apesar de alertas partirem da ciência sobre a extrapolação dos limites da vida, ou seja, danos severos à disponibilidade dos recursos naturais que advieram com o relatório de “Limites do Crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1972), o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, que tem se utilizado até nossos dias, demonstra ser inadequado perante a devastação dos biomas (SACHS, 2007d). Estes dados geram desafios para a conciliação das atividades humanas envolvidas na necessidade de se preservar os ambientes naturais, logo, a frase “sou contra desmatar a natureza, a gente vive dela, né, então, eu sou contra” do entrevistado E05, evidencia processos em que o valor de troca não foi substituído pelo valor de uso (consumo). Além disso, quando o entrevistado E03 afirmou que “a nossa geração já tem uma consciência mais semeada hoje, mas talvez os filhos dessa

geração serão melhores do que nós”, foi percebida a consciência da necessidade de conservação ambiental e, mais do que isso, uma reflexão preocupada acerca do futuro das próximas gerações.

5.2.2 SABERES COMO INSTRUMENTOS MEDIADORES EM TORNO DOS PFNM

As famílias entrevistadas afirmaram que a coleta dos PFNM extraídos era sustentável à medida que tomavam cuidados especiais no momento da extração. Além disso, abordaram que a aprendizagem se deu semelhante às populações indígenas, ou seja, tendo a vivência no interior dos meios naturais, aprendendo sobre seus ciclos e anseios. Também discutiram sobre o contato com a natureza e com as práticas coletoras terem sido adquiridas desde criança, inspirados pelos pais no processo de manufatura do produto. Pode-se perceber, portanto, que o cuidado com a natureza foi adquirido com a vivência diante da floresta, assim, confirmou-se o que é retratado por Muñoz (2003, p. 285) e Diegues e Viana (2004, p. 33), onde esse saber tradicional vem de práticas comunitárias do saber ser, saber estar, saber dar uso, de um mundo que se reconhece na convivência e nas práticas.

A extração de cipó recentemente vem desaparecendo na comunidade por questões de saúde e perdas familiares. Anteriormente haviam 10 famílias que coletavam e, hoje, somente uma família continua essa prática. No entanto, nas entrevistas, foi evidenciado que o manejo adequado da espécie é utilizado para conservação de seus forófitos, reduzindo assim a pressão sobre esse recurso natural.

Uma prática que esteve presente na região e permaneceu, desde 1969, é a coleta da cajarana (*Cabralea canjerana* (Vell.) Mart). A disponibilidade de cajarana em decomposição pode ser devido a condição natural de senescência da flora ou também da área ter sofrido no passado exploração seletiva de espécies madeiráveis para o uso comercial, causando redução de densidade de algumas espécies, ficando partes da madeira na floresta, como foi elencado no estudo de Leandro (1999).

A cajarana não é extraída sobre corte, ela é o “pai” (partes de planta adulta em decomposição) e a “mãe” (partes de planta adulta em senescência) que quando encontrados, estão em decomposição. Logo, é um recurso renovável. Por estar em uma fase degradante não traz prejuízos à reprodução da espécie, tornando-se um recurso não madeireiro em potencial ao território. Em florestas cuja temperatura é estável e a umidade é alta, o habitat se torna ideal para este recurso, pois microorganismos e insetos que se alimentam deste material estão ali presentes em abundância.

A comunidade coletora resguarda de seus antepassados a acumulação de saberes sobre a utilização de plantas com propriedades curativas, detém também amplo conhecimento sobre espécies vegetais com ação terapêutica. No entanto, parte significativa desse saber cultural, se perde devido a degradação ambiental e migração dos jovens à cidades vizinhas, como Paranaguá e Curitiba. Assim, esse rápido acesso a vida e incorporação urbana pode desenraizar esses saberes. Todas as residências visitadas possuem plantas em seus jardins e quintais cultivadas pelos moradores para alimentação, ornamentação e uso medicinal. O cuidado e a afinidade com plantas é uma das características marcantes dos coletores, que além do cultivo em seus jardins e quintais, também utilizam espécies nativas encontradas em suas terras. O cultivo se restringe às espécies nativas, tanto as naturalizadas quanto as exóticas são encontradas em seus jardins (FIGURA 7).

FIGURA 7: JARDINS DAS FAMÍLIAS COLETORAS



FONTE: A autora (2020)

Os Produtos Florestais não madeireiros (PFNMs) medicinais indicados na entrevista são o cipó milome, utilizado para tratar os distúrbios gastrointestinais (prisão de ventre, indigestão e gastrite) e também pressão alta através de chá realizado com suas raízes. A erva maria é utilizada em forma de chá para tratamento de vermes. O coração de banana justificam que o xarope serve para tratamento de bronquite. O chá da espinheira santa é realizado para tratar dores estomacais. As folhas da planta do araçá boi juntamente com a de goiaba são utilizadas pela comunidade para fazer chá com o intuito de eliminar infecções bacterianas, como a desinteria. O mel de jataí e mandaçaia, abelhas nativas do litoral do Paraná, confirmam que contém ações expectorantes e o combate ao resfriado, no entanto, os favos de mel não são colhidos pela comunidade. Apenas criam as abelhas com finalidade de hobby. A Marcelinha é utilizada através de chá como calmante. E o tayuya nativo é utilizado como analgésico através de chás feito com suas folhas. No entanto, nas entrevistas, os coletores reconhecem que têm utilizado mais os

fármacos do que “remédios naturais” por ser mais acessível do que as plantas medicinais. Dado que, muitas das citadas acima, não têm mais em abundância nos ambientes que vivem. Um outro PFNM a ser citado é o juçara, todos os entrevistados tem plantações do palmito nativo, muitos destes cultivados pelos extratores desde a semente. Nos quintais dos extratores, também há o convívio social, uma vez que os ambientes são abertos, sem divisões, desse modo há o contato direto entre as 3 famílias. Os coletores argumentaram que não ensinam esse conhecimento visto que, existe pouco interesse por parte de alguns moradores, da família (filhos e netos) da comunidade.

No QUADRO 7 abaixo estão descritas a lista dos PFNM indicados pelas famílias coletoras:

QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS PFNM ORIUNDOS DAS ESPÉCIES DESCRITAS

Nome comum	Nome científico	Partes de uso	Formas de uso	Finalidade
Araça boi	<i>Psidium</i> sp.	Fruto/Folhas	In natura/ Chá/ UP*	Alimento/Medicinal
Goiaba	<i>Psidium</i> sp.	Fruto/Folhas	In natura/ Chá/ UP*	Alimento/Medicinal
Bromélia	Bromeliaceae	Planta inteira	In natura/ US*	Ornamental
Cajarana	<i>Cabralea canjerana</i>	Raiz, caule/ galhos e folhas	In natura/ C*	Ornamental/ Artesanal/Substrato//Alimento
Cereja grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i> (Lam.)	Fruto	In natura/ UP*	Alimento
Cipó imbé	<i>Philodendron corcovadense</i>	Raízes	In natura e processado/ C*	Artesanal
Cipó milome	<i>Aristolochia</i> sp.	Raízes/folhas	Chá/ UP*	Medicinal
Cipó peva	<i>Philodendron</i> sp.	Raízes	Artesanal/ C*	Artesanal
Coração da banana	Musaceae	Flor	Chá/ UP* UC*	Alimento/Medicinal
Erva maria	-	Folha	Chá/ UP*	Medicinal
Espinheira santa	<i>Maytenus ilicifolia</i>	Folha	Chá/ UP*	Medicinal
Mel de jataí	Mel de <i>Tetragonisca</i>	Mel	In natura/ UP*	Alimento/Medicinal

	<i>angustula</i>			
Mel de mandacaiá	Mel de <i>Melipona mandacaiá</i>	Mel	In natura/ UP*	Alimento/Medicinal
Marcelinha	<i>Achyrocline satureioides</i>	Folhas	Chá/ UP*	Medicinal
Noz	-	Fruto	In natura/ UP*	Alimento
Orquídea	Orquidaceae	Planta inteira	In natura/ UP*	Ornamental
Palmeira	Arecaceae	Folha/ bainha	Cestas/ UP*/C*	Artesanal
Palmito juçara	<i>Euterpe edulis</i>	Estipe	In natura/ UP*	Alimento
Quebra pedra	<i>Phyllanthus</i> sp.	Folha	Chá/ UP*	Medicinal
Samambaia preta	Pteridophyta	Planta inteira	In natura/ UP*	Ornamental
Tayuya nativo	<i>Cayaponia</i> sp.	Folhas	Chá/ UP*	Medicinal

FONTE: A autora (2020)

LEGENDA: C* Comercial; UP* Uso próprio.

Os entrevistados gostariam de dedicar-se à propagação dessas práticas de coleta para elas não se perderem. Foi percebido aqui, conforme Pecqueur (2005a), que pressupostos sobre a economia territorial já estão sendo praticadas por esses sujeitos. No entanto, o que falta são as estratégias de aliança entre os atores perante essas questões produtivas. Para solucionar essa necessidade tornam-se necessárias estratégias eficazes que apoiem está dinâmica e provoquem alterações significativas no beneficiamento, comercialização e divulgação do produto, acesso a serviços, como, a assistência técnica. Assim, de acordo com as especificidades do local, interações sociais, econômicas e ambientais são fundamentais serem pensadas para que a comunidade de São João da Graciosa possa ter apoio à atividade produtiva e de acesso a direitos e fortalecimento institucional com vista a geração de renda e inclusão social.

5.3 CATEGORIA RECURSOS TERRITORIAIS

5.3.1 RECURSOS VISTOS COMO MATÉRIA PRIMA

Caminhando pela floresta e coletando diferentes madeiras, os entrevistados avistaram a: *Cabralea canjerana*. Foi definida como o principal recurso natural pelos coletores por ter um melhor *design* e maior durabilidade quando comparada às outras madeiras. Encontrada em “*banhado*”¹¹, beira de rio e “*boca de grota*”¹², acreditam que ela vive de 100 a 200 anos. Descreveram que a “árvore é linda, grande e grossa, com pó vermelho, tem folha grande, verde, brilhosa, com fruto semelhante a jabuticaba que abrem igual a palma da mão e de semente parecida com o palmito juçara”.

Semelhantemente, a *C. canjerana* é uma árvore nativa da Mata Atlântica, devido à isso, Negrelle e Anacleto (2012) retrataram que com a alta biodiversidade do País, há uma oportunidade frequente no uso desses recursos biológicos nativos para melhorar a qualidade de vida de comunidades rurais com baixo capital.

Sachs (2007d) aborda que para o desenvolvimento de territórios é necessária uma valorização dos recursos físicos e naturais do espaço geográfico. Vieira (2013) elenca que a intenção de requalificar o critério a partir de endogeneidade do território mostra que existem diferentes modos de organização da vida social e de produção que são ancorados territorialmente por meio da especificidade do território, como é o caso do recurso natural: cajarana. Considerando a perspectiva do uso sustentável, a predominância do uso desta madeira em decomposição é extremamente positiva, já que a obtenção desse produto não implicaria, necessariamente, na morte da planta sob corte, contribuindo com o acelerado crescimento da vegetação nativa na floresta e recuperação da capoeira.

Este recurso natural atinge aproximadamente 25 m de altura e 1,20 m de diâmetro. Contém casca de cor castanho-acinzentada, ramos grossos, folhas alternas, compostas, com folíolos oblongos não pilosos, de 10 a 15 cm de comprimento. As flores são pequenas, cilíndricas de pétalas brancas, com abertura entre setembro e dezembro. O fruto é esférico, carnoso, com forma, tamanho e cor semelhantes a uma ameixa-vermelha, abrindo-se em cinco partes, de final do

¹¹ Banhado é um local onde tem acúmulo de água ou poças de água no meio da floresta.

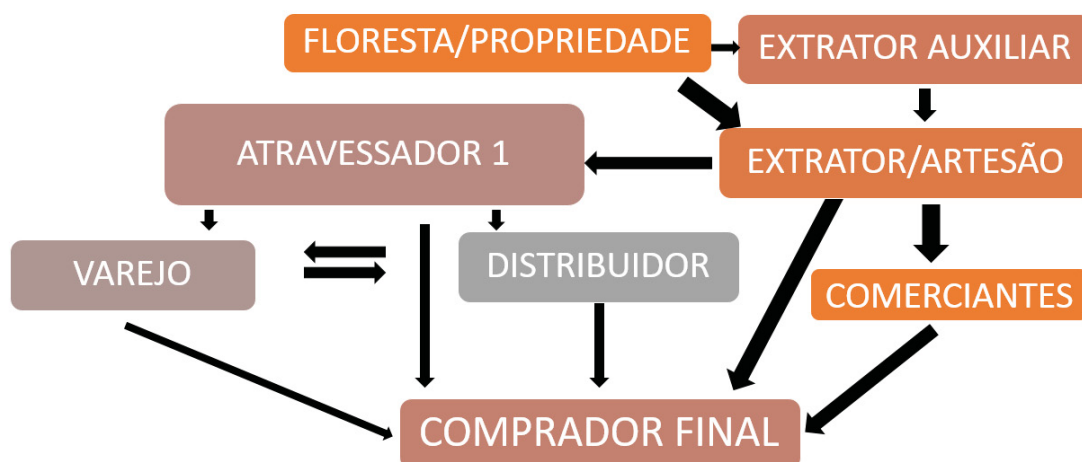
¹² Boca de grota é definida como local no meio da floresta onde se encontram dois morros, tendo no interstício de ambos um fundo.

outono a início do verão. Cada fruto possui cerca de 10 sementes ovaladas, de cerca de 1,3 cm de comprimento e 0,9cm de largura, de cor vermelha, apresenta substâncias tanantes (CORADIN; SIMINSKI, 2011, p. 436)

Dado que, o desenvolvimento territorial passa a evidenciar uma alternativa ao economicismo a fim de valorizar os recursos das regiões (SACHS, 2007d), a cajarana é um considerada um recurso muito rico e de diferentes possibilidades para comercialização, pois suas flores ao serem melíferas e terem intenso aroma são utilizadas na indústria de perfumaria. Seu lenho apresenta alta concentração de óleo essencial e saponinas. Sua madeira é considerada superior ao Cedro (*Cedrela fissilis*) por ser mais durável. Na medicina popular são utilizada suas cascas em forma de chá para tratamento de meningite, dor de cabeça e febre. Suas folhas tem propriedades contra a febre também (CARVALHO, 2002). Apresenta resistência satisfatória ao ataque de organismos xilófagos em condições favoráveis ao apodrecimento, com durabilidade natural de média a alta, é uma árvore longeva, podendo ultrapassar 300 anos de idade (SMA, 2011). Para efetuarem a sua coleta, primeiro os coletores identificavam o indivíduo jovem, demonstrando conhecimento da planta. “Sempre que a gente acha tem aquela verde (indivíduo jovem) e a velha caída (partes da planta adulta em decomposição). A gente pega a velha, olha primeiro na verde, se não tiver a verde não tem nenhuma”. Os indivíduos jovens não eram cortados a fim de completarem seu ciclo natural, “não pode cortar quando ela tá verde, se corta ela verde, aí prejudica a gente” (E03; E06, 2020).

Antigamente, quando mais jovens, os coletores informaram que, durante o extrativismo, passavam a residir temporariamente no interior da floresta, onde construíam acampamentos temporários improvisados com madeiras da própria floresta, cobertos com lonas de plástico ou guaricana geralmente sem paredes laterais, como objetivo de otimizar o tempo de trabalho e diminuir os custos com deslocamentos entre o local de moradia e local de trabalho de coleta. Atualmente, o extrativismo da cajarana é realizado duas vezes por semana, conforme a demanda por encomendas e a previsão do tempo. A mata somente é frequentada pela manhã quando os dias se antecediam por sol ou tempo seco. Os grupos de coletores consistiam de duas a quatro pessoas do gênero masculino, com poucas exceções o gênero feminino participa. Na FIGURA 8, o fluxograma é apresentado:

FIGURA 8: FLUXOGRAMA DA CADEIA PRODUTIVA DA CAJARANA



FONTE: A autora (2020)

A extração da *C. canjerana* iniciava-se, principalmente, no ambiente florestal ou em áreas de propriedades que os extratores visualizavam a espécie. Salientaram que não adentravam em área de reserva¹³ (33%). O proprietário da terra, geralmente coberta por vegetação de porte arbóreo, na maioria das vezes, não tinha interesse na exploração econômica da cajarana, cedia ao extrator este direito com o único objetivo de realizar a limpeza da área. Assim, este extrator/artesão representava o primeiro agente desta cadeia produtiva. O extrator auxiliar é o agente que realizava conjuntamente o processo, mas, no final, não tinha participação artesanal, somente remuneração diária ou aquele que vendia parte da coleta para o extrator/artesão mais idoso que não tinha mais participação na extração ou aquele que encontrava a madeira em decomposição e doava para o extrator/artesão.

Relataram que não tinham dificuldade de encontrar a subespécie tanto em lugares próximos quanto longínquos. O que faz sentido, pois suas regiões fitoecológicas têm ocorrência nas formações Terras Baixas/Baixo-Montana, Submontana, Montana e Altomontana/Montana no Paraná (SMA, 2011). O local de coleta, mais distante, exigia duas horas e meia de caminhada, por pontos íngremes e submontanos. O retorno era ainda mais demorado, pelo fato de terem que carregar nas costas o produto. Uma das únicas ferramentas levadas era o facão,

¹³ Para os coletores o termo reserva derivava de UC.

utilizado para o corte do cipó. Quando encontravam uma, duas, três peças, o cipó era envolto nos mesmos como forma de cordão, seguido de um acolchoado de folhas de bananeiras (FIGURA 9) para aliviar o contato com o material e fluidos de taninos e algas.

FIGURA 9: CAJARANA E FERRAMENTAS DA PRÁTICA ARTESANAL



FONTE: A autora (2020)

LEGENDA: À direita, foto da cajarana retirada da mata, envolta por cipó e folha de bananeira. À esquerda, ferramentas da prática extrativista utilizadas para a emolduração.

Estas partes da árvore coletadas em meio a serapilheira e próximas a locais alagados vêm molhadas e pesam até 100 kg. O material coletado em fragmentos de vegetação da Floresta Ombrófila densa, contém perda de massa, ataque por organismos xilófagos, o que demonstrava seus campos de apodrecimento. Podendo ou não estar coberto de solo, briófitas ou algas. Tinha alta umidade, não eram padronizados e apresentavam tanino vermelho. A FIGURA 10 a seguir demonstra a presença de tanino:

FIGURA 10: MADEIRA CAJARANA COM PRESENÇA DE TANINO



FONTE: A autora, 2020.

Retornando à propriedade, com o veículo para suporte de carga, normalmente fretado, o processo de limpeza é iniciado. O material é lavado para retirada das impurezas, posteriormente com auxílio de ferramenta inventada, de cabo de colher ou ferro e cimento envolto por mangueira, ocorria a moldura da arte com processo de raspagem, em seguida era lavada para retirada dos excedentes e seca naturalmente. Cada processo de emolduração durava de uma a duas horas e até três artes eram finalizadas durante o dia (FIGURA 11).

FIGURA 11: ETAPAS DA EMOLDURAÇÃO



FONTE: A autora (2020)

A comercialização da cajarana é realizada na forma de beneficiamento, o beneficiamento consiste na retirada dos excedentes para o processo artesanal, que já era natural da madeira, pois é ocasionada por microorganismos xilógrafos. Os extratores/artesãos vendiam direto para o comprador e para comerciantes do próprio local, tendo liberdades de escoamento da produção. Abaixo na FIGURA 12 é demonstrado uma síntese sobre a etapa da coleta de cajarana.

FIGURA 12: ETAPAS RELACIONADAS AO EXTRATIVISMO E COMERCIALIZAÇÃO DE CAJARANA

Etapa	Pessoas Envolvidas	Material Utilizado	🕒	kg	UN
1ª Coleta na Floresta	👤 👤	Facão, cipó e folha de bananeira	6 h	200 kg	4
2ª Transporte	👤	Veículo fretado	1 h.	200 kg	4
3ª Limpeza	👤 👤	Lona Água e cabo de colher	2 h.	200 kg.	4
4ª Secagem	👤	Ar livre	12 h	200 kg	4
5ª Venda	👤		1 h	200 kg	4

FONTE: A autora (2020).

LEGENDA: Na imagem acima esta se estimando o material utilizado, o tempo de coleta em horas, com estimativa em quilogramas (KG) e em unidades da cajarana.

O subproduto da cajarana também deriva o substrato que vem sendo utilizado pelos coletores (33%) para o cultivo de espécies (FIGURA 13).

FIGURA 13: SUBPRODUTO DERIVADO DO EXTRATIVISMO DA CAJARANA



FONTE: A autora (2020)

Foi identificado um atravessador residente no estado de São Paulo, em uma das famílias entrevistadas. O estado de São Paulo é um dos que mais exportam produtos ornamentais, nesse sentido, o escoamento da produção de beneficiamento que ocorre no litoral do PR tanto na comunidade da APA de Guaratuba identificado por Valente e Negrelle (2011), quanto de São João podem estar correlacionadas.

Conforme a FIGURA 14 abaixo demonstra São Paulo está no ranking de exportações do Brasil:

FIGURA 14: BRASIL - ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS, EM US\$ FOB, 2011 A 2013

Ranking	Estado	2011		2012		2013	
		US\$ FOB	%	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
1°	São Paulo	18.212.464	64,59	17.617.106	67,74	15.638.346	65,67
2°	Ceará	5.000.846	17,74	4.279.536	16,45	3.974.780	16,69
3°	Rio Grande do Sul	2.655.867	9,42	2.337.993	8,99	2.586.266	10,86
4°	Minas Gerais	1.146.216	4,07	1.260.849	4,85	1.144.523	4,81
5°	Pará	151.190	0,54	196.835	0,76	182.222	0,77
6°	Rio Grande do Norte	187.342	0,66	88.777	0,34	104.387	0,44
7°	Espírito Santo	31.142	0,11	56.848	0,22	64.134	0,27
8°	Goias	-	-	-	-	52.807	0,22
9°	Santa Catarina	129.437	0,46	73.251	0,28	51.341	0,22
10°	Rio de Janeiro	24.624	0,09	16.224	0,06	9.064	0,04
11°	Mato Grosso	54.395	0,19	26.923	0,10	6.446	0,03
12°	Pernambuco	5.428	0,02	1.995	0,01	1	0,00
13°	Rondônia	555.423	1,97	45.020	0,17	-	-
14°	Mato Grosso do Sul	37.280	0,13	-	-	-	-
15°	Paraná	4.665	0,02	-	-	-	-
16°	Sem Identificação	-	-	6.460	0,02	-	-
Total		28.196.319	100,00	26.007.817	100,00	23.814.317	100,00

FONTE: SEBRAE (2015)

Os coletores abordaram que não cobravam o valor artístico da madeira, somente a mão de obra e que se cobrassem a mais podiam não vender o produto, considerando a produção artesanal uma terapia. Analisando sobre o nível da subsistência, quando abordado por Polanyi (2000), percebeu-se que esta troca não é baseada totalmente no valor de uso dos objetos, ou seja, está num valor incalculável em termos monetários até porque o valor artístico, tornou-se um valor nulo monetariamente aos entrevistados, devido a ação natural (ação artística) ser um efeito ocasionado por xilógrafos na madeira. Dessa forma, mesmo com necessidades perante a subsistência, o valor monetário adquirido era somente sob o processo de coleta e duração de limpeza da madeira. Essa valorização de saberes e práticas não priorizava o retorno econômico, alcançando níveis de agregação de valor simbólico na perspectiva dessas famílias.

No entanto, quanto maior a dependência do recurso, menor o preço do produto. Observou-se que o tipo de estratégia para obter seu sustento com os não madeiráveis, conforme constatado na Comunidade São Joãozinho em Guaratuba, por Anacleto *et al.* (2017), tem relação também com a comunidade de São João da

Graciosa em Morretes. Esta pode ser classificada como uma estratégia de cópia (BELCHER; RUIZ-PÉREZ; ACHDIWAN, 2005), onde o trabalho com os recursos biológicos e sua exploração, apesar de representar parcialmente sua renda familiar e alto tempo de trabalho, era orientada em produtos de baixo valor mesmo que esses tenham mercado. O que concerne na oportunidade de exploração dessa atividade pelos atravessadores e compradores intermediários (ANACLETO *et al.*, 2017).

O artesanato adquirido na região pelo atravessador é comercializado com distribuidores, varejistas ou diretamente ao consumidor final. Este possui lojas do ramo e, a partir delas, escoava o artesanato. Apresentando controle parcial sobre sua produção e, desta maneira, a quantidade de artesanato produzida por estas famílias era estimada em função da sua demanda. Com isso, o extrator artesão contratava extratores auxiliares para a coleta e também adquiria a produção de outras famílias coletoras. Em torno de 1.000 peças, somadas à produção das três famílias, eram transportadas em um prazo de 45 dias, no entanto, uma negociação é feita entre coletor e atravessador pela compra total das mil peças. Assim, as peças são vendidas por um valor que o entrevistado considera não sendo um valor de “dinheiro” real, “depende de quanto a gente precisa. Às vezes a gente tá precisando de cenção (...). Leva pra longe, leva já no caminhão, já, que cabe mil peças. Mas lá ele vende por dinheiro mesmo (E01, 2019)”.

Os mercados varejistas e de distribuidores são pouco conhecidos nessa cadeia, mas o ramo está voltado para o de floricultura, viveiros de plantas ornamentais e supermercados, esta situação também foi observada nas comunidades extrativistas da APA de Guaratuba por Balzon (2011), onde o escoamento da produção era dado por intermediários. No entanto, diferiam no sentido da comunidade São João da Graciosa ter liberdade para vender o produto a outros compradores. Anacleto *et al.* (2017) abordou que o mercado formal é guiado pela ações empreendedoras isoladas dessas famílias coletoras, portanto, um cenário empresarial é produzido diante de um trabalho informal (extrativismo), por necessidade, por demanda de um mercado formal (atravessadores).

Em relação à coleta do cipó imbé (*Philodendron corcovadense*) e cipó peva ou cipó vassoura (*Philodendron* sp.), esta é realizada em locais próximos de suas casas, em apenas uma época do ano, a raiz adventícia do cipó por indivíduo é

retirada, foi identificado que 10% das raízes são coletadas, o que pode resultar em uma recuperação mais rápida da população.

Análogo a coleta do cipó realizado pela comunidade de São João da Graciosa, a planta ãruma identificada por Brazão (2010) em uma comunidade na Amazônia, passa por um processo de corte onde as touceiras maduras, brotos e jovens são identificados. No entanto, somente uma porção das maduras são cortadas, de modo que os brotos são priorizados, não levando a morte da planta.

Conforme a comunidade São João da Graciosa, no mês de agosto a dezembro, ocorre a rebrota do cipó peva. De acordo com a literatura sobre a fenologia do cipó imbé, *P. corcovadense*, em geral, o florescimento é de outubro a novembro e frutificação ocorre entre janeiro e fevereiro. Esta espécie é descrita como não preocupante pelo Brasil (BUTURI; TEMPONI; SAKURAGUI, 2016).

O cipó tem sua “*mãe*” (forófitos que dão origens a raízes adventícias) e suas *filhas* (raízes adventícias), as “*filhas*” *maduras*¹⁴ retiradas pelo método de coxado¹⁵ semelhante ao encontrado nas comunidades de Santa Catarina (RAMOS *et al* 2017; VIEIRA; TREVISAN; FANTINNI, 2014) e da APA de Guaratuba (VALENTE; NEGRELLE, 2011), tanto pelo gênero masculino ou feminino, para manufatura de vassouras, redes e cestas (FIGURA 15). Enquanto *aliviam*¹⁶ a árvore, a *mãe* não é removida para a permanência da planta. Entendiam que, ao retirar a *mãe*, a planta definharia. Este era somente vendido para o comprador local, comerciantes locais e turistas, normalmente, somente por encomenda, não tendo sido identificado atravessador.

A pratica de extração do cipó imbé e cipó vassoura (FIGURA 15) na comunidade tem estado em declínio, pelo fato de os coletores que realizavam a sua manufatura serem do gênero feminino e em sua maioria estavam em idade avançada. Eram acometidas por doenças e isso prejudicou o efeito de manusear com as próprias mãos.

¹⁴ As filhas maduras são raízes adventícias identificadas pela coloração verde escuro aos quais estão prontas para o processo extrativo.

¹⁵ O método coxado é definido por Ramos *et al.* (2017), que consiste em torcer o cipó no solo em feixes até ele se desgrudar do forófito, se o processo for demorado e for verificado que o forófito será prejudicado, corta-se a raiz adventícia com uma faca.

¹⁶ Aliviar tem um significado para os coletores de retirada das raízes adventícias maduras para a planta, ao qual o forófito está em hemipitismo, não se curvar.

FIGURA 15: CIPÓ IMBÉ E UM PRODUTO DERIVADO DE CIPÓ PEVA.



FONTE: A autora (2020)

LEGENDA: À esquerda a *Philodendron corcovadense* e a direita a vassoura produzida com as raízes do cipó peva na comunidade.

Para essas práticas não se perderem é necessário incentivo ao artesanato e comercialização, como realização de oficinais com os artesãos a fim de identificar a importância do produto, a valorização da tradição de trabalhos em madeira e implementação de plano de manejo (CABALZAR, 2010).

Não foram identificados intermediários no caso do Cipó. Os coletores não marcavam a lua, mas disseram que tem uma época que a raiz está mais maleável para retirada, notou-se que não tem se a aderência a lua, sendo normalmente a coleta realizada de acordo com as encomendas considerando a reposição dos estoques nos forófitos. No caso da comunidade da APA de Guaratuba, identificado por Valente & Negrelle (2011), esta mesmo sabendo que é na lua crescente a melhor forma de coleta, também a realizavam em luas esporádicas.

Em São João da Graciosa, não perceberam que o cipó imbé e vassoura têm desaparecido. Para eles a mãe produz muitas filhas, indicando que esta coleta pode não ser predatória e mesmo quando esta espécie vem sendo descrita como em perigo no estado do Paraná (BUTURI; TEMPONI; SAKURAGUI, 2016), nesta comunidade a reposição das raízes da espécie estava sendo adequada a coleta, não culminando no esgotamento do recurso e nem na coleta de raízes jovens ou verdes. No entanto, o contrário disso, fora percebido nas comunidades de Guaratuba, no litoral do Paraná, onde a produção de raízes vem decaindo com o

passar dos anos por forófito (VALENTE; NEGRELLE, 2011). Dessa maneira, esta coleta perpassava para aniquilamento, o que não foi constatado na comunidade em estudo pelo fato de sua produção não estar controlada por atravessadores.

A coleta do cipó é realizada quando a raiz está madura (FIGURA 16), podendo ser utilizada com casca, sem ou branca para artesanato.

Figura 16: CIPÓ IMBÉ COM RAÍZES ADVENTÍCIAS MADURAS



FONTE: A autora, 2020.

LEGENDA: À esquerda a raiz madura dada pela coloração verde escura da casca. À direita a raiz verde clara retirada da casca.

A família coletora tem autonomia e criatividade para o processo artesanal, utilizam latas de alumínio furadas para passagem interna e descascamento do cipó retirando tanto sua casca de coloração verde escura quanto sua coloração verde clara para a raiz se tornar branca. A venda é realizada tanto do cipó bruto quanto após o processo de beneficiamento do produto. Os itens mais vendidos são as redes (R\$150) e vassouras (R\$35,00).

Destacou-se aqui a necessidade de compreender que os recursos não madeiráveis em questão atendem, além dos interesses econômicos imediatos e de sobrevivência dessa comunidade, outros como, definido por Mauss (2003), status, prestígio, honra e que as instituições são uma expressão inseparável das relações sociais e das estruturas historicamente específicas de poder.

No entanto, há uma preocupação em promover práticas mais eficientes e colaborativas entre as famílias para a gestão comunitária dos recursos. Como foi proposto por Fiedler e Soares (2008) este manejo depende de situações legais e

institucionais, cujo direitos de propriedade, direitos de uso, força institucional e capacidade empresarial têm a necessidade de um enfoque maior para o sucesso na minimização da pobreza no meio rural.

Assim, sendo o desafio do Desenvolvimento Territorial a busca de um recurso específico que contenha a identidade e cultura do território. No contexto, da comunidade de São João da Graciosa, um fator decisivo no mercado competitivo vem a ser a inovação de produtos que contribuam com a conservação ambiental e levem consigo a marca dos elementos constitutivos do território do litoral do Paraná. Dessa forma, a *C. cajarana* por ser um recurso único, nativo da Floresta Atlântica, ter uma coleta sustentável, ser não transferível e ter o aporte do saber fazer, a torna um produto potencial com identidade territorial, o que pode permitir uma renda diferenciada aos coletores. A produção desse recurso é elaborada dentro de uma limitação geográfica, no caso em São João da Graciosa, contém normas, costumes e uma cultura que é transportada junto com o produto através de sua historicidade.

Explorar a cajarana enquanto um recursos territorial específico da Mata Atlântica pode prociar a subsistência do homem, em convívio com a natureza, pois os coletores não perderam o sentimento de pertencer ao meio ambiente devido ao processo de seu modo de vida vir de dentro dos recursos da floresta. Por isso, não deram espaço a um ambiente materializado, ou seja, são homens produtos do meio natural que interferem na totalidade da floresta de forma consciente, o “ser” é mais importante que o “ter”.

Para isso, o território como uma construção coletiva, mesmo que esteja diante de um jogo simultâneo de poder perante os atores locais (CARRIÉRE; CAZELLA, 2006), pode ser capaz de valorizar o processo das dinâmicas dos produtos florestais não-madeiráveis desses coletores e elencar o DTS.

5.4 CATEGORIA PERTENCIMENTO

5.4.1 SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO EM RELAÇÃO AO MEIO

O comportamento desses coletores (83%, N=6) estava relacionado ao sítio de pertencimento, que orientava os percursos de comportamentos individuais e coletivos de acordo com as necessidades dos meios sociais envolvidos. Além disso, o modo de vida constituído de elementos dos caiçara proporcionaram o contato direto com a natureza e esse respeito com a mesma.

No caso da comunidade estudada, o extrativista que formou sua família a partir desses não madeireiros não buscava necessariamente pertencer a um lugar, mas em encontrar condições para que pudesse reproduzir suas práticas e hábitos e prosperar, o que possibilitava o surgimento de um sentimento de pertencimento relacionado à segurança social e financeira, acesso a serviços, moradia e condições de vida.

Como segue o trecho abaixo:

Eu *amo*, aqui é minha terra natal (E02). Aqui é *bom* porque têm as árvores, os rios, o ar puro, aqui é *bom* de viver (E01). Aqui é *melhor* de viver, aqui não tem bandidagem, aqui tem *tudo*, é só *cuidar* (E06). Ele se criou no mato, se tirar dele isso ele *morre* (E05). Ficamos por aqui, desde *criança* (E06). Eu não tenho ideia de sair daqui, eu to criando meu filho aqui e gostaria que ele se *mantesse* aqui. Por uma questão de qualidade de *vida* (E03). Daqui *ninguém* me tira! Daqui eu acho que vai ser o *fim* (E05). Quem nasce em Morretes, *nunca* quer sair de Morretes (E03). Mas filho, ó, *a raiz* é aqui, não tem lugar melhor. Não tem! (E04) (Grifo nosso de pressupostos, 2020).

Foi possível mensurar nas falas dos entrevistados, de acordo com os pressupostos contextuais “*amo, bom, cuidar, raiz (...)*” acima, que viver no local é, para eles, muito além do monetário. Fundamentalmente, retomar a Teoria dos Sítios (ZAOUAL, 2003a) e também dos fatores de enraizamento e economia substantiva abordados por Polanyi (2012) tornou-se necessário.

Portanto, quando estes extrativistas se tornaram excluídos da economia de renda¹⁷, sentiram necessidade de se inserir em locais de pertencimento e, assim, encontraram um meio de prosperar e inovar através da criação do seu próprio sistema produtivo. Na medida com que crescia o global, o sentimento do local tornou-se ampliado.

Este sentimento do local estava distante daquele de contextos sociais vivenciados pelo *H. oeconomicus* que surgia no contexto da globalização e seguia o modelo da economia neoclássica (ZAOUAL, 2003a). Este modelo de produção singular, não foi uma cópia dos países do Norte que quando implantados no Sul continham características de um desenvolvimento que busca produzir por produzir. Nisso, a discussão em simetria com o Desenvolvimento Territorial Sustentável, onde a acumulação de capital não é mais regra, retoma a ascensão do modelo econômico neoclássico quando o pensamento sobre identidade, cultura e território está centrado nessa realidade dos coletores. O trecho abaixo retrata a harmonia, altruísmo, vivência e conhecimento da fauna:

Sabe como eu gosto da floresta? é de ficar ali tratando os bichinhos, tratando jacu, de passarinho, cuidando deles, eles entram até dentro de casa, na época de inverno eles entram até dentro de casa, daí eu gasto com comida pra eles, ai não tem a comida lá e eles entram dentro de casa, dou banana pra eles, as vezes eu nem como pra dar pra eles (E06, 2019)

Tudo permeia como se essa ascensão evidenciasse a proximidade à identidade ou ao pertencer ao local. Tratam-se dos princípios dos novos saberes que, adquiridos ao longo da experiência de vida, eram produtos da interação entre seres humanos em função do seu contexto cultural e com o meio natural. Nessa perspectiva, a Teoria dos sítios oposta ao economicismo, como elencada por Conforme este trecho, “aqui vivemos bem, em Curitiba o ar fica pesado pra mim, eu me sinto mal lá, lá não tem arvore, não tem nada, só prédio. Aqui a gente planta árvore! (E03, 2019)” (ZAOUAL, 2003a).

¹⁷ A economia de renda pode ser exemplificada pela exploração monopolista do recurso natural não renovável, como o petróleo, a qual contém um aspecto improdutivo e não inovador, a renda torna-se garantida pelo repasse dos recursos públicos a interesses privados. Ver mais em: ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. Cortez, 2003. p.115

Dito isso, o ator, extrativista, foi o homem com racionalidade situada. Como propõe essa teoria, ele fora o *H. situs* inserido em seu sítio simbólico de pertencimento, capaz de captar os erros e se reinventar. O seu vínculo (*i*)material com o território perpassou pela noção de racionalidade situada e então o *H. situs* é um sujeito disposto a modelos de mudanças horizontais.

Quando fenômenos de desenvolvimento estão longe dos efeitos perversos da globalização, o paradigma pluralista do *H. situs* desvelou uma concepção híbrida com valores diferentes do pensamento único relacionado aos modos de produção e consumo do capitalismo. Logo, no sentido da economia substantiva abordada por Polanyi (2012), a lógica de coleta, processamento e venda dos produtos propôs uma ligação à subsistência humana na satisfação de suas necessidades materiais. Inserida numa condição vinculada de sociedade-natureza e sua organização produtiva, não perpassada por uma lógica puramente instrumental. A natureza, aqui, estava acoplada no seu lugar de origem, ou seja, mantenedora da subsistência do ser humano (SACHS, 2007d)

Diante disso, essa relação traz uma reflexão sobre a classificação do extrativismo de coleta (SIMÕES; LINO, 2002), pois, perante os sentimentos, práticas e usos elencados foi possível construir essa compreensão. E sim, havia uma co-habitação em meio natural, de forma que não tinha pretensão de domínio do sociedade-natureza, mas diálogo com a mesma, diminuindo o fosso de uma crise ecológica no ecossistema, na luta por uma maior autonomia e qualidade de vida.

Para uma melhor visualização do leitor, no QUADRO 8, abaixo apresenta-se uma síntese dos principais resultados encontrados na comunidade de São João da Graciosa.

QUADRO 8: SÍNTESE CONCLUSIVA DOS RESULTADOS

PFNM	<i>C. cajarana</i>	Cipó imbé	Cipó peva
Bioma	Nativo da Floresta atlântica	Nativo da Floresta atlântica	Nativo da Floresta atlântica
Utilizado por	Família 1, 2 e 3	Família 3	Família 1 e 2
Tipo de produção	Artesanal	Artesanal	Artesanal
Material produzido	Madeira in natura	Cestas e redes	Vassoura
Atravessador	Sim	Não	Não
Renda	Primária (família 3) Secundária (família 1 e 2)	Primária (família 3)	Primária (família 3) Secundária (família 2)
Tipo de extrativismo	Coleta (sustentável)	Coleta (sustentável)	Coleta (sustentável)
Local de coleta	Interior da floresta e propriedades particulares		
Relação com a	Harmônica		

natureza			
Recurso específico em potencial	+++	++	+
Principais problemas encontrados na comunidade	Atravessador; Falta de organização comunitária; Falta de associação; Falta de apoio do poder público e órgãos ambientais; Falta de serviços de saúde básica		
Solução proposta	Criação de associação, cooperativa, apoio dos atores locais e investimento no recurso específico em potencial.		

FONTE: A autora (2020)

6 CONCLUSÕES

Tendo em vista que este trabalho teve como finalidade elencar as práticas, usos e saberes, fornecer reflexões a cerca das realidades locais e descrever práticas que asseguram a subsistência familiar mediante a coleta dos não madeiráveis.

Os extrativistas, de maneira geral, em São João da Graciosa, construíram seus sítios de pertencimento na região, se situando no local e aproveitando das oportunidades oferecidas, bem como se adaptando a realidade que se apresentava, construindo sua história de vida de acordo com os valores e normas encontradas no seu contexto local juntamente com a interação de ética sob a Floresta atlântica e aquisição cultural perante os não madeiráveis. Os saberes foram adquiridos de seus antepassados e com o contato direto com a natureza, como por exemplo, os saberes sobre as plantas medicinais. Os usos dos não madeiráveis são realizados de diferentes maneiras, seja para uso doméstico, através de chás e alimentício, e, comercial, de forma artesanal.

Mesmo que esta comunidade tenha se transformado de acordo com a modernidade e mudanças tecnológicas, sua cultura e modo de vida não deixaram de apresentar elementos de comunidades tradicionais. Logo, a autonomia de ir e vir perante a floresta, o uso da mão de obra familiar, os membros da comunidade e proprietários com ajuda mútua perante a extração, o compartilhando de saberes entre os mesmos. Os conflitos e as histórias, a coleta artesanal ainda permanente, a diversidade que se manifesta na oralidade, são fatores primordiais de construção de conhecimento e defesa de seus direitos.

Dessa forma, a construção do comportamento desse *Homo situs* parece ser pautada nas suas interações simbólicas e práticas com o seu meio e com a sua dinâmica, cujas ações são incorporadas e tornam-se parte de suas relações com o espaço vivido.

Logo, a compreensão de que a formação de uma população está vinculada a sua história de vida, às motivações pessoais e coletivas ajuda na construção de um programa de desenvolvimento mais adequado com a realidade de uma região. Esse seria um dos motivos para que um desenho de programa governamental (de desenvolvimento) seja adaptado para a realidade de cada território onde será aplicado.

Este estudo evidenciou a coexistência de relações entre sociedade-natureza, a partir do extrativismo de Produto Florestal não Madeirável. Para além da importância econômica, essa atividade é permeada por relações culturais e simbólicas que reproduzem saberes-locais, tradições, memórias históricas e respeito a floresta na comunidade de São João da Graciosa no município de Morretes no Paraná. Neste caso, a coleta e a comercialização dos PFNM, como a madeira senescente cajarana, o cipó imbé e cipó peva foi considerada essencial para a manutenção da floresta em pé e também para manutenção da vida dessa comunidade, confirmando-se também que os valores gerados pela atividade do extrativismo contribuem para a subsistência material e a reprodução social desses coletores. São os produtos não madeiráveis (cajarana, o cipó imbé e cipó peva) que proporcionam uma melhor qualidade de renda as famílias entrevistadas, no entanto, a *C. cajarana*, a mais coletada, é a que proporciona aos coletores um maior contato com o meio natural.

Mesmo que, a cadeia produtiva desses produtos possa ser estudada em profundidade, foi evidenciado na pesquisa que esses não madeiráveis ainda são insustentáveis enquanto não houver garantia de inclusão social, evidenciada pela lenta e contínua expansão dos níveis de pobreza na região, exploração por atravessadores, pela invisibilidade dos coletores perante os órgãos públicos e não atendimento de suas necessidades básicas. No entanto, perante as práticas de coleta, os extrativistas demonstram que estas atividades são de baixo impacto ambiental, pois diante do extrativismo classificado como de coleta são respeitadas a capacidade de regeneração natural da floresta, ou seja, possibilitam alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Foi elencada por todos os participantes da pesquisa a condição de qualidade de vida e o sentimento de pertencimento na região porém combater a externalidade do mercado para esse produto (cajarana) pode constituir rumos para elenca-lo como

recurso territorial específico, ancorado territorialmente, sobre a perspectiva do ecodesenvolvimento.

As limitações dessa pesquisa se deram por não ter literatura sobre esta comunidade em estudo. Principalmente nas regiões de Mata Atlântica o tema do extrativismo é pouco explorado, faltando pesquisas que se voltem para a horizontalidade e vinculação do social, cultural e ambiental. O contato com os órgãos ambientais e instituições poderiam colaborar com o estudo, porém, as informações foram excassas sobre índice de extrativismo e coletores. Devido a falta de legislação sobre os não madeiráveis, desorganização do grupo de coletores e o baixo capital social, suas práticas tornam-se frequentemente marginalizadas.

Como recomendação sugere-se a construção de um inventário florestal para informações sobre as populações de canjarana, cipó imbé e cipó peva, identificando as áreas de maior disponibilidade e a ecologia dessas plantas, indicando um plano de manejo participativo no sentido de prever estratégias comunitárias, como a criação de uma cooperativa, para o uso desses recursos. Essas novas estratégias de coleta do recurso em potencial, como a *C. canjerana*, podem ser pensadas conjuntamente para aprimoramento dessas práticas através da inserção de tecnologias sociais, visto que, além de artesanal, ela também proporciona outros usos, como medicinal e alimentar, sendo esta uma vantagem competitiva. A cooperativa pode funcionar por incentivar a pluratividade das práticas e os extrativistas se instrumentariam para adaptar suas práticas e seu saber aos novos participantes. Assim, conseguem manter a sobrevivência das suas famílias, indicando também uma resistência à produtividade e à mercantilização. Outra é a criação de políticas públicas horizontais no intuito de conservar esse modo de vida caiçara, com pesquisas futuras fundamentadas a partir de um processo de formação focado no Desenvolvimento Territorial sustentável, para a criação de diálogos entre saberes dos povos e da comunidade científica.

Dito isso, a sistematização e registro dos saberes e usos dos PFNMs demonstra que esses recursos naturais são importantes para a subsistência de uma comunidade que apresenta modos de vida de uma cultura tradicional dos caiçaras e para a valorização dos não-madeiráveis da biodiversidade local, mas, por ora não contribuem com o aumento de suas liberdades substantivas. Por vezes, os coletores, são ignorados pelo poder público e sofrem erosão cultural. Acrescenta-se

também que Os dados a respeito do uso e aplicações dos recursos vegetais medicinais obtidos nas cinco comunidades estudadas nos fornecem informações que podem ser utilizadas em programas de conservação que sejam baseados no conhecimento tradicional para preservação da flora. Outrossim, esses saberes de comunidades rurais são fontes onde a comunidade científica busca apropriar-se, por isso, a ocorrência de futuras pesquisas nesta região podem esclarecer ainda mais a temática sem desconsiderar o contexto social, histórico e geográfico da autoria desses saberes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F.; ZAPATA, T. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial. In: DAWBOR, L.; POCHMANN, M. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

ANACLETO, A. *et al.* Extractive traditional rural communities from Atlantic rainforest: an approach on families who live in the territory of the environmental Protection Area of Guaratuba in Paraná Coast–Brazil. **Espacios**, v. 38, n. 07, p. 1-15. 2017.

ANACLETO, A; NEGRELLE, R. R. B. Comércio de bromélias no Paraná. **Ceres**, Viçosa, v. 60, n. 2, p. 185-193, abr. 2013

ATLÂNTICA, Fundação SOS Mata. **Qual é a área de cobertura da Mata Atlântica**. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/artigo/qual-e-area-de-cobertura-da-mata-atlantica>. Acesso em: 19 ago de 2019.

BALZON, R. D.; DA SILVA, J. C. G. L.; DOS SANTOS, A. J. Aspectos mercadológicos de produtos florestais não madeireiros análise retrospectiva. **Floresta**, v. 34, n. 3, 2004.

BALZON, R. D. **Avaliação econômica dos produtos florestais não madeiráveis na Área de Proteção Ambiental**. APA de Guaratuba. Paraná. 2011. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias. Curitiba. UFPR, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BELCHER, B.; RUIZ-PÉREZ, M.; ACHDIAWAN, R. Global patterns and trends in the use and management of NTFPs: implications for livelihoods and conservation. **World Development**, v. 33, n. 9, p. 1435-1452, 2005.

BIGARELLA, J. J. **A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná**. Governo do Paraná, 1978.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.html. Acesso em: 20 ago. 2019.

_____. **Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2012.

_____. **Lei 12.727/2012, de 17 de Outubro de 2012.** Código Florestal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12727.html, Acesso em: 03 fev. 2020.

_____. MDIC. **Exportação De Produto Florestal Não Madeireiro.** SNIF, Disponível em <http://snif.florestal.gov.br/pt-br/produtos-florestais-nao-madeireiros-exportacao>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRAZ, E. M. Opciones de manejo e exploración sostenible de florestas tropicales. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL POSIBILIDADES DE MANEJO FORESTAL SOSTENIBLE EN AMÉRICA TROPICAL. Santa Cruz de la Sierra, 1997. Memoria. Santa Cruz de la Sierra: BOLFOR/IUFRO/CIFLOR, 1997. p. 126-134.

BUTURI, C. V.; TEMPONI, L. G .; SAKURAGUI, C. M. O gênero *Philodendron* (Araceae) no estado do Paraná. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 795-814, setembro de 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2175-7860201667318> Acesso em: 07 out 2019.

CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do mundo: conhecimento e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Noroeste amazônico.** São Paulo: Instituto Socioambiental (Conhecimentos indígenas, pesquisas interculturais; 1) – ISA; São Gabriel da Cachoeira, AM: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. – FOIRN, 2010

BRAZÃO, A. Relato da minha experiência de pesquisa no rio Içana. In CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do mundo: conhecimento e práticas dos povos indígenas do Rio Negro, Noroeste amazônico.** São Paulo: Instituto Socioambiental (Conhecimentos indígenas, pesquisas interculturais; 1) – ISA; São Gabriel da Cachoeira, AM: Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. – FOIRN, 2010

CARRIÈRE, J-P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, v. 4, p. 23-47, dez. 2006.

COLONELLI, P. **Propriedades rurais na Mata Atlântica: conservação ambiental e produção florestal.** São Paulo. MMA - Ministério do Meio Ambiente, Instituto Refloresta, 2010.

CORADIN, L.; SIMINSKI, A. **Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região sul.** Ministério do Meio Ambiente, 2011.

D'ANGELIS, A. S. R. **Subsídios ao manejo extrativista sustentável de cataia-*Pimenta pseudocaryophyllus* (Gomes) Landrum (Myrtaceae).** 2015. Dissertação (mestrado em Produção vegetal). Setor de Ciências Agrárias. Universidade Federal do Paraná. Curitiba (PR), 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40637>. Acesso em 03 fev. 2020.

DEAN, W. **A Ferro e fogo: a historia da devastação da mata atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIEGUES, A. C. *et al.* **O nosso lugar virou parque: estudo socio-ambiental do saco de Mamangua, Parati, Rio de Janeiro: NUPAUP/USP1994.**

_____, A. C. **As populações humanas em áreas naturais de Mata Atlântica.** EAMOS: Adriana; CAPOBIANCO, João Paulo, Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). São Paulo: ISA, 1996.

_____, A. C. *et al.* **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil.** São Paulo: NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPq, 1999.

_____, Antonio Carlos *et al.* **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil.** São Paulo: NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPq, 1999.

_____, A. C. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** 2000.

_____, A. C.; ARRUDA, R. A. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** Brasília, Ministério do Meio Ambiente. 2001.

_____, A. C. S. A., & VIANA, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica: coletânea de textos apresentados no Seminário--Alternativas de Manejo Sustentável de Recursos Naturais do Vale do Ribeira.** Ed. HUCITEC, 2004.

_____, A. C. *et al.* **O nosso lugar virou parque: estudo socio-ambiental do saco de Mamangua, 3ª edição, Parati, Rio de Janeiro. NUPAUB-USP, 2005.**

DIEGUES, A. C. S. **Enciclopédia caiçara.** Huictec, 2005.

ESTADES, N. P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 8, p. 1-16, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v8i0.22047>. Acesso em 03 de fev. 2020.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Dirección de Productos Forestales, **Roma Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe.** FAO. Chile. 1994. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/t2360s/t2360s00.htm#Contents>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **Non-wood forest products for rural income and sustainable forestry.** (FAO technical papers - Series Non Wood Forest Products, 7). Roma: FAO, 1995.

_____. **Evaluación de los recursos forestales mundiales.** 2010. Informe principal. Roma: FAO, 2010.

_____. **Fruit trees and useful plants for amazonians reading answers.** FAO. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/sustainable-forest-management/toolbox/cases/case-detail/en/c/224768/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FERREIRA, M. R.; NEGRELLE, R. R. R.; ZANATTA, R. A. F. **Terra inválida, gente invisível: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense.**

In: DENARDIN, V. F.; ABRAHÃO, C. M. S.; QUADROS, D. A. (Org.). **Litoral do Paraná: Reflexões e Interações**. 1ª ed. Matinhos: UFPR Litoral, 2011, p. 13-38.

FORZZA, R. C. *et al.* **Catálogo de plantas e fungos do Brasil-Vol. 1**. São Paulo. JBRJ, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. Contexto. São Paulo, 2001.

HAMMET, T. **Special forest products: Identifying opportunities for sustainable forest-based development**. Virginia Landowner Update: Virginia Tech, 1999.

HOEFLICH, V. A. *et al.* Aspectos socioculturais e econômicos na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaratuba, Paraná. **Caderno de Pesquisa**. Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 2, p. 55-65, maio./ago. 2017.

HOMMA, A. K. O. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico. **Acta Amaz.** Manaus, v. 12, n. 2, p. 251-255, maio./jun. 1982 de 1982.

_____, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100012>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-. **O futuro incerto do Palmito Juçara**. Agência FAPESP. São Paulo. 2017

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Livro Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica 32, Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico da base produtiva do Paraná: anos 80**. Curitiba: IPARDES, 1991

_____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Fundação Edison Vieira. **APA de Guaraqueçaba: Caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais**. Curitiba: IPARDES/SEMA/MDUMA, 1989.

_____. **Caderno Estatístico Município de Morretes**. Curitiba: IPARDES. 2018. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83350>. Acesso em: 01 dez. 2018

GODARD, O. **A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação**. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMEZ-POMPA, A; KAUS, A. **Domesticando o mito da natureza selvagem**. Etnoconservação. Novos Rumos para Conservação da Natureza. São Paulo: Hucitec, 2000.

LEANDRO, J. A. Devastação e tráfico de madeira no litoral do Paraná Provincial. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 1-13, jun./set. 1999.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. In: **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 1-35.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**: formas e razão da troca nas sociedades arcaicas In: MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 100-120.

MARTINELLI, G; MORAES, M. A. **Livro vermelho da flora do Brasil**. Rio de Janeiro: CNCFlora, 2013.

MEADOWS, D. H. *et al.* **The limits to growth**: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Menkind. In: KEN, C.; DABELKO, D. G. **Green Planet Blues**: Critical Perspectives on Global Environmental Politics. New York: Routledge 1972. p.1-25.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde, v. 4, São Paulo: Hucited, 1992.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **A Convenção sobre Diversidade Biológica** – CD. Série Biodiversidade n.1. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2000a.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Mata Atlântica - Manual de Adequação Ambiental**. Brasília. 2010. p. 1-96. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/adequao_ambiental_publicao_web_202.pdf. Acesso em: 20/10/2018.

MOLNAR, A.; SCHERR, S.J.; KHARE, A. **Who conserves the world's forests?** A new assessment of conservation and investment trends. Washington: Forest Trends, 2004.

MUÑOZ, M. G. **Saber indígena e meio ambiente**: experiência de aprendizagem comunitária. In: LEFF, E. (Org.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

NADOLNY, S. **A importância econômica do mate para o Estado do Paraná**. 2014. 50 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/38277>. Acesso em: 04 fev. 2020.

NEGRELLE, R. R. B.; ANACLETO, A. Extrativismo de bromélias no Estado do Paraná. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 6, p. 981-986, jun. 2012.

NUNES, J. V. *et al.* A pesquisa qualitativa apoiada por softwares de análise de dados: uma investigação a partir de exemplos. **Fronteiras-estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 233-244, maio/agos. 2017.

ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

OSTROM, E. **Governando os comuns**: A evolução das instituições para a ação coletiva. Cambridge University Press, 1990.

_____, *et al.* **O drama dos comuns**. National Academy Press, 2002

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. **Espirais do Tempo**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/BIBLIOGRAFIACPC/ESPIRAIS/mor.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande. v. 24, n. 1 e 2, jan.–dez. 2005a.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. In. VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 13-20, abril de 2006b.

PICANÇO, C. A. S.; COSTA, R. C. Análise da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil coletada na reserva biológica do Rio Trombetas, Oriximiná, Pará/Analysis of the Brazilian chestnut production chain collected in the Trombetas River biological reserve, Oriximiná, Pará. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 19460-19483, set./out. 2019.

PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v8i0.22047>. Acesso em: 04 fev. 2020.

POLANYI, M. **The tacit dimension** Routledge & Kegan Paul. London: UK. 1967.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

PETERS, C. M. **The ecology e management of non-timber forest resources**. Washington: The World Bank, 1996.

RAMOS, R. *et al.* A tradição extrativista do cipó-imbé (*Philodendron corcovadense* Kunth–Araceae) nas comunidades tradicionais de cipozeiros na Mata Atlântica em Garuva, Santa Catarina. **Acta Biológica Catarinense**, v. 4, n. 1, p. 62-70, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21726/abc.v4i1.353>. Acesso em: 04 fev. 2020.

SABOGAL, C. Planes de manejo forestal y necesidades de información para el manejo operacional. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL POSIBILIDADES DE MANEJO FORESTAL SOSTENIBLE EN AMÉRICA TROPICAL. Santa Cruz de la Sierra, 1997. **Anais**. Santa Cruz de la Sierra: BOLFOR/IUFRO/CIFLOR, 1997. p. 135-147.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre. v. 13, n. 27, agos. 2011.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimetro**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986a.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000b.

_____. **Desenvolvimento humano, trabalho decente eo futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2002c.

_____. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007d.

_____. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009e.

SEBRAE. **FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS DO BRASIL**. VOLUME 1. Brasília: SEBRAE. 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-mercado-brasileiro-de-flores-e-plantas-ornamentais,456649f6ced44510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 15 agos. 2018.

SCHIMINSKI, B. **Caminhos do Paraná no século XIX**. 34 f. Monografia de Graduação (História) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2010.

SIMÕES, L. L.; LINO, C. F. (Org.). **Sustentável Mata Atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. São Paulo: SENAC, 2002.

SMA. Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo. Unidade de Coordenação do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (Ucprmc). **Estudo De Viabilidade de Plantio Florestal com Espécies Nativas comerciais no estado de São Paulo**. Produto 1. Relatório sobre a caracterização do Mercado, seleção de espécies e macrolocalização potencial em São Paulo. 05 SSP0110 R03. Curitiba, SMA, 2011. Relatório Técnico.

SOS, Mata Atlântica. Atlas da Mata Atlântica faz radiografia do desmatamento no Paraná. 2016. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Atlas-municipios-SOS-Parana.pdf>. Acesso em 04 abr. 2018.

TONHASCA, A. **Ecologia e história natural da Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

UC. Unidades de Conservação no Brasil. Socio Ambiental. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

UNCED. United Nations Conference on Environment and Development. **Combate ao desflorestamento**. Cap. 11. Rio de Janeiro: Agenda 21, 1992. p. 91-104. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em 10 set.2018.

VALENTE, T. P.; NEGRELLE, R. R. B. Sustainability of non-timber forest products harvesting - cipó-preto roots (*Philodendron corcovandense* Kunth) in south Brazil. **Forests, Trees and Livelihoods**, v. 20, p. 211-212, julho de 2011.

VANHONI, F; MENDONÇA, F. O clima do litoral do estado do Paraná. **Revista brasileira de climatologia**, v. 3, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/abclima.v3i0.25423>. Acesso em: 04 fev. 2020.

VIEIRA, P. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. R. Inter. Interdisc. **INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 119-141, Jul./Dez. 2013.

VIEIRA, P. M.; TREVISAN, A. C. D.; FANTINNI, A. C. A extração de raízes aéreas de imbé (*Philodendron corcovadense*) em Garuva, Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, setembro de 2014.

WICKENS, G. E. Management issues for development of non-timber forest products. **Unasyiva**, v. 42, n. 165, p. 3-8, fevereiro de 1991.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Publisher Cortez, 2003a.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. DP&A, 2006b.

_____. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Recursos Territoriais não Madeireiros da Mata Atlântica associados aos saberes e práticas da comunidade São João Da Graciosa – litoral Do Paraná”, que se justifica pela necessidade de levantar os PFNM da Mata Atlântica ativados pela comunidade de São João da Graciosa a partir do ponto de vista das famílias que vivem ao redor de uma UC e tem por objetivos:

- Fornecer subsídios e reflexões para avanços sobre a aproximação entre abordagens naturais e realidades locais acerca dos saberes e usos dos PFNM;
- Descrever as práticas que garantem a subsistência familiar e contribuem com a reprodução social.

Sua participação se dará por meio de entrevista que será gravada e posteriormente transcrita para análise. Caso não concorde com a gravação, o pesquisador pede autorização para tomar nota de informações importantes durante a entrevista.

Os pesquisadores responsáveis garantem que:

- ✓ As gravações serão de uso acadêmico e estarão sob responsabilidade dos pesquisadores.
- ✓ Os voluntários serão mantidos em anonimato, sendo identificados por letras ou números. Não serão utilizadas informações que possam identificar o entrevistado.
- ✓ Os voluntários desta pesquisa poderão ter acesso às análises realizadas dos dados gerados em reuniões para conferência.
- ✓ Os resultados desta pesquisa, sejam eles quais forem, serão tornados públicos em publicações e eventos científicos.

A participação na pesquisa é livre, não trazendo nenhuma implicação legal, não envolvendo riscos previsíveis nem pagamentos. Em caso de desistência de participação, em qualquer momento, não haverá nenhum tipo de prejuízo ou penalidade ao voluntário.

Informações dos responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento da pesquisa, que estarão à disposição em caso de quaisquer dúvidas, para saná-las a qualquer momento, nos contatos:

Pamela Natali Ferreira de Jesus

Telefone: (41) 999752571 - E-mail: pamynatalie@gmail.com

Endereço do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral: Rua Jaguaraíva, 512 – Caiobá Matinhos – PR, CEP 83260-000.

Prof. Dr. Alan Ripoll Alves

Telefone: (41) 3511-8371 - E-mail: alanripoll@ufpr.br

Endereço do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral: Rua Jaguaraíva, 512 – Caiobá Matinhos – PR, CEP 83260-000.

Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin

Telefone: (41) 3511-8371 - E-mail: valdirfd@ufpr.br

Endereço do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral: Rua Jaguaraíva, 512 – Caiobá Matinhos – PR, CEP 83260-000.

Dessa maneira eu, _____
_____, RG nº _____, declaro que recebi uma cópia deste termo, concordo em participar da pesquisa e autorizo a gravação e utilização de minhas falas para a pesquisa acima citada.

Morretes, ____ de _____ de 2019.

Assinatura

entrevistada

(o):

Pesquisadora responsável
Pamela Natali Ferreira de Jesus
CPF nº 424.839.408.11

APÊNDICE 2 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Formulário e Roteiro de entrevista para Extrativistas de Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNM).

Levantamento socioeconômico para os PFNM em Morretes-PR

Número: _____ Data: ____/____/____

DADOS DO(A) EXTRATIVISTA

1.Nome do(a) responsável:

2 Idade: __ Grau de escolaridade _____

3 Local de nascimento (Cidade, estado):

4 Ano em que chegou no município de Morretes:

PERSPECTIVAS DIANTE DO MEIO

1. Quando eu falo de floresta, o que vem à sua mente? O que o(a) senhor(a) pensa sobre ela?

2. Como se sente no lugar onde mora?

3. O(A) senhor(a) tem consciência de que mora próximo a Unidades de Conservação (UC)?

() Não () Sim.

4 O que o(a) senhor(a) pensa sobre a relação entre a UC e a coleta de plantas, folhas, frutos e raízes da floresta (PFNM)?

ATIVIDADE DE EXTRAÇÃO E RELAÇÕES DELA DECORRENTES

5. Quais são as principais fontes de renda da sua família?

() Pesca () Agricultura () Coleta de plantas da floresta () Outro. Qual(is)?

6. O(A) senhor(a) realiza algum tipo de coleta de plantas (da floresta)?

() Não () Sim

Os questionamentos abaixo serão válidos apenas em caso de resposta afirmativa para a questão anterior.

7. O que o(a) senhor(a) pensa sobre essa coleta?

8. Quando iniciou nesta atividade? _____

9. Como surgiu o interesse pela atividade de coleta?

10. Quais saberes sobre plantas foram passados de geração em geração?

10.1 Qual o envolvimento da sua família nessa atividade?

11. O(a) senhor(a) participa de algum grupo ou entidade voltados para a utilização das plantas da floresta (PFNM)?

() Não () Sim. Qual?

[] Grupo de Trabalho [] Cooperativa [] Associação [] Sindicato [] Outros

12. O(A) senhor(a) cultiva alguma planta da floresta (PFNM) na área de uso familiar e/ou comunitário? Caso sim, qual(is) planta(s)? E qual(is) é(são) a sua utilização?

13. O (A) senhor(a) poderia informar quais plantas da floresta (PFNM) são as mais utilizadas no local? Quais são os principais usos delas? (Exemplo: comercial, medicinal, ritual, alimentício e outros).

14. Normalmente, como ocorre a extração dessas plantas? (De acordo com a estação ou período do ano, tempo, local, clima, quantidade de plantas extraídas, dentre outros). Obs.: Estes elementos não foram utilizados para induzir respostas

por parte do(a) entrevistado(a), e sim, para facilitar a compreensão do questionamento.

15. A distância para realizar a coleta dessas plantas tem aumentado com o passar do tempo? _____

16. Há algum órgão ambiental que auxilie na retirada das plantas com o ensino de boas práticas ou outro tipo de apoio? () Não () Sim. Qual(is)órgãos? Como auxiliam (oficinas)? A (o) senhor (a) já pediu algum auxílio para este ou outro órgão?

17. Quais problemas o(a) senhor(a) normalmente encontra para retirar e conservar as plantas da floresta (PFNM)? Qual é o recurso mais difícil de acessar?

18. Tem dificuldade para comercializar as plantas da floresta (PFNM)? Caso sim, quais dificuldades? (competitividade do produto, altos custos de transporte e aos problemas de embalagem do produto, organização do grupo)

19. Como acha que esses problemas poderiam ser resolvidos?

20. Quanto tempo o(a) senhor(a) dedica à coleta de plantas da floresta (PFNM)?

21. Quais são suas expectativas com o futuro da atividade? (Você já viu algum recurso natural desaparecer?)

22. O(A) senhor(a) poderia me indicar outra pessoa que trabalhe com plantas da floresta (PFNM) para uma entrevista?

Agradeço pela sua participação.